

Plano de Manejo

Parque Nacional do Juruena



Brasília, 2011



ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia



gtz



kfw
ENTWICKLUNGSBANK



Banco
Mundial



GLOBAL
ENVIRONMENT
FACILITY



Governos Estaduais
da Amazônia Brasileira:
Acre, Amapá, Mato Grosso,
Rorônia, Pará e Tocantins



Ministério do
Meio Ambiente



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Mônica Vieira Teixeira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Rômulo José Fernandes Mello

DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Ricardo Soavinski

COORDENAÇÃO GERAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Giovanna Palazzi

COORDENAÇÃO DE PLANO DE MANEJO

Carlos Henrique Velasquez Fernandes

COORDENAÇÃO DO BIOMA AMAZÔNIA

Lílian Letícia Mitiko Hangae

PARQUE NACIONAL DO JURUENA

Cristiane Ramscheid Figueiredo

Brasília, 2011

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Equipe de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena

Coordenação Técnica

Gustavo Vasconcellos Irgang – Instituto Centro de Vida – ICV
Cristiane Ramscheid Figueiredo – Instituto Chico Mendes - ICMBio

Supervisão e Acompanhamento Técnico do ICMBio

Lílian Hangae
Allan Razera

Cooperação Técnica

Marcos Roberto Pinheiro – WWF Brasil

Coordenação da Avaliação Biótica

Júlio Cesar Dalponte

Coordenação Meio Físico

Roberta Roxilene Santos

Coordenação Socioeconomia

Eduardo Audibert

Estruturação e Redação do Documento

Jane Maria de Oliveira Vasconcellos

Equipe da Unidade de Conservação

Cristiane Ramscheid Figueiredo
Fernanda Wick Rizzoli
Lourdes Iarema
Ademir Mariano
Priscilla Estevão Néspoli – até julho de 2010
Claudinei José Rodrigues – até dezembro de 2009
Arthur Sakamoto – até abril 2009
Roberta Freitas de Rezende Souza – até março 2009

Revisão Ortográfica e Editoração

Alessandro O. Neiva – Consultor

Equipe de Consultores Responsáveis pelas Áreas Temáticas

Meio Físico

Roberta Roxilene dos Santos
Gustavo Vasconcellos Irgang

Vegetação

Ayslaner Victor Gallo-de-Oliveira
Marcos Eduardo G. Sobral

Artropodofauna

Ricardo Keichi Umetsu
James Machado Bilce

Ictiofauna

Solange A. Arrolho
Divina Sueide de Godoi
Rosalvo Duarte Rosa

Herpetofauna

Reginaldo Assêncio Machado
Paulo Sérgio Bernarde

Avifauna

Dante Renato C. Buzzetti

Mastofauna

Júlio Cesar Dalponte
Edinaldo C. Rocha
Rodrigo Marcelino
Vanderleia A. Esteves Costa

Socioeconomia

Eduardo Audibert
Maria Elizabeth Ramos

Uso Público

Cristiane Klein

Assistentes de Campo e Apoio

Hélio Marcos Olsen
Rosalvo Duarte Rosa
Jorge Lopes
Rildo Joaquim Macedo
Adelson Carvalho de Souza
Jota Amauri dos Santos Mattos
Marlene Batista
Simar do Rosário Correia
Sabath Miranda

Colaboradores

Roberta Freitas de Rezende Souza – ICMBio

Rossana Evangelista Santana – ICMBio

José Hypolito Piva – Prefeitura de Alta Floresta/MT

SIGLAS

ACIA	Associação Comercial e Industrial
AER	Avaliação Ecológica Rápida
AHIMOR	Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAH	Cluster Aglomerativa Hierárquica
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S/A
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONABIO	Comissão Nacional de Biodiversidade
COOPERAGREGA	Cooperativa de Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia
COOPERNOVA	Cooperativa Agropecuária Mista Terranova Ltda
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EE	Enfoque Ecológico
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPAER	Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FAB	Força Aérea Brasileira
FAMATO	Federação da Agricultura de Mato Grosso
FBOMS	Fórum Brasileiro de Organizações Não-governamentais e Movimentos Sociais
FE	Floresta Estadual
FIEMT	Federação das Indústrias de Mato Grosso
FN	Floresta Nacional
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FORMAD	Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente Global

GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ	Agência de Cooperação Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
ICV	Instituto Centro de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INDEA	Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso
INDECO	Integração Desenvolvimento e Colonização S/A
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISA	Instituto Socioambiental
JPL	<i>Jet Propulsion Laboratory</i>
KfW	Banco de Cooperação do Governo da Alemanha
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE/MT	Ministério Público do Estado de Mato Grosso
NEAPT	Núcleo de Educação Ambiental e Populações Tradicionais
NURAM	Núcleo Regional da Amazônia Meridional
OEMA	Organizações Estaduais de Meio Ambiente
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-governamental
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PADEQ	Projeto Alternativo ao Desmatamento e às Queimadas
PDS	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PGAI	Programa de Gestão Ambiental Integrada

PIB	Produto Interno Bruto
PLT	Procura Limitada por Tempo
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNJu	Parque Nacional do Juruena
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPBio	Programa de Pesquisa em Biodiversidade
PPCDAM	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPG7	Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais
PREVFOGO	Centro Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
PROMANEJO	Programa de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia
PRONABIO	Programa Nacional de Diversidade Biológica
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Programa de Saúde da Família
PUP	Plano de Uso Público
REDD	Redução das Emissões de Carbono
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
SAF	Sistema Agro-florestal
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIPAM/RO	Sistema de Proteção da Amazônia em Rondônia
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SRTM	<i>Shuttle Radar Topography Mission</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TC	Termo de Compromisso

TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UnB	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UPN	Unidades de Paisagem Natural
ZA	Zona de Amortecimento
ZEE	Zoneamento Econômico-Ecológico
ZI	Zona Intangível
ZOT	Zona de Ocupação Temporária
ZP	Zona Primitiva
ZR	Zona de Recuperação
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico Ecológico
ZUEx	Zona de Uso Extensivo
ZUI	Zona de Uso Intensivo
WWF	<i>World Wildlife Found</i>

SUMÁRIO

ENCARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO JURUENA	3
1.1. Enfoque Internacional.....	3
1.2. Enfoque Federal	3
1.2.1. O Parque Nacional do Juruena, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e as Unidades de Conservação da Amazônia	3
1.2.2. O Parque Nacional do Juruena e os Corredores Ecológicos	9
1.2.3. O Parque Nacional do Juruena e o Mosaico da Amazônia Meridional	11
1.3. Enfoque Estadual	12
1.3.1. Implicações Ambientais	12
1.3.1.1. Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado do Amazonas.....	14
1.3.1.2. Áreas Protegidas como Unidades de Conservação no Estado do Amazonas ...	15
1.3.2. Zoneamento Socioeconômico e Ecológico dos Estados de Rondônia e de Mato Grosso.....	17
1.3.2.1. Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso	19
1.3.2.2. Áreas Protegidas do Estado de Mato Grosso	21

FIGURAS

Figura 1.1: Distribuição das Unidades de Conservação federais por categoria de manejo.....	4
Figura 1.2: Unidades de Conservação e Terras Indígenas no bioma Amazônia.	5
Figura 1.3: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região do Parque Nacional do Juruena.....	6
Para Mamíferos.....	6
Para Répteis.....	7
Para Fauna Aquática.....	7
Figura 1.4: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Amazônia, 2007.	8
Figura 1.5: Propostas originais de limites para o Corredor dos Ecótonos Sul Amazônicos.....	10
Figura 1.6: Proposta atual de limites para o Corredor dos Ecótonos Sul Amazônicos.	11
Figura 1.7: Área proposta como Mosaico da Amazônia Meridional.	12
Figura 1.8: Evolução anual do desmatamento no Estado do Amazonas.	13
Tabela 1.1: Incremento da taxa de desmatamento nos municípios amazônicos da região do Parque Nacional do Juruena, entre 2006/2007.	14
Figura 1.9: Ilustração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas. Fonte: www.sds.am.gov.br e www.senado.gov.br/web.....	15
Figura 1.10: Áreas protegidas no Estado do Amazonas, 2008.	16
Figura 1.11: Regiões de planejamento do Estado de Mato Grosso.	17
Figura 1.12: Distribuição dos 8.147 km ² desmatados em 2007/2008, por estados da Amazônia Legal. ...	18
Tabela 1.2: Áreas degradadas (km ²) e convertidas para corte raso, em 2007 e 2008, por estado, na Amazônia Legal.....	18
Figura 1.13: Ilustração do Zoneamento Socioeconômico Ecológico proposto para o Estado de Mato Grosso.	20
Figura 1.14: Áreas Protegidas no Estado de Mato Grosso.	22
Figura 1.15: Novas Unidades de Conservação Propostas no Diagnóstico para o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico.	23

TABELAS

Tabela 1.1: Incremento da taxa de desmatamento nos municípios amazônicos da região do Parque Nacional do Juruena, entre 2006/2007.	14
Tabela 1.2: Áreas degradadas (km ²) e convertidas para corte raso, em 2007 e 2008, por estado, na Amazônia Legal.....	18

Encarte 1

Contextualização da Unidade de Conservação

ENCARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO JURUENA

1.1. Enfoque Internacional

O Parque Nacional do Juruena (PNJu) é uma unidade de conservação federal de proteção integral, sob administração do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Faz parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e, desta forma, representa uma das estratégias nacionais para o cumprimento dos compromissos, acordos e tratados multilaterais firmados pelo Brasil e outros países em busca de soluções globais para as questões ambientais.

Entre estes, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), visando conter a crescente alteração de ecossistemas e a destruição de habitats e espécies, e a Agenda XXI, plano de ação abrangente a ser implementado pelos governos, no longo prazo, estão diretamente relacionados às unidades de conservação e são considerados durante o processo de elaboração do Plano de Manejo (UNEP/CBD/COP5, 2000; UNEP/CBD/COP7, 2004).

Como signatário da CDB o Brasil assumiu, entre outros compromissos, o de considerar o Enfoque Ecosistêmico (EE) como um marco estratégico na implementação da Convenção. O EE representa uma estratégia de manejo integrado da terra, da água e dos recursos vivos, que visa promover a conservação e o uso sustentável de maneira equitativa.

O PNJu também assume importância no contexto internacional por estar localizado na Amazônia, bioma com mais de seis milhões de quilômetros quadrados, em sua maior parte (cerca de 60%) em território brasileiro, abrangendo os Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, ocupando, também, parte de oito países da América do Sul - Bolívia (5,3%), Peru (9,9%), Venezuela (6,3%), Colômbia (6,7%), Equador (1,1%), Guiana (3,2%), Suriname (2,5%) e Guiana Francesa (1,3%) (Fonseca & Silva, 2005). A Amazônia, além de guardar enorme quantidade de carbono, possui uma imensa riqueza biológica e cultural, exerce importante função na regulação do clima e do regime hidrológico regional, nacional e global (Primack & Corlett, 2005).

Em 1978, os países amazônicos firmaram o Tratado de Cooperação Amazônica, com o propósito comum de conjugar esforços para promover o desenvolvimento harmônico dentro do Bioma. E, em 1998, criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o objetivo de fortalecer a coordenação e a ação conjunta dos países, promovendo seu desenvolvimento sustentável em benefício de suas populações e das nações signatárias (OTCA, 2007). Desde 2003, a Secretaria Permanente da OTCA está sediada em Brasília.

1.2. Enfoque Federal

1.2.1. O Parque Nacional do Juruena, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e as Unidades de Conservação da Amazônia

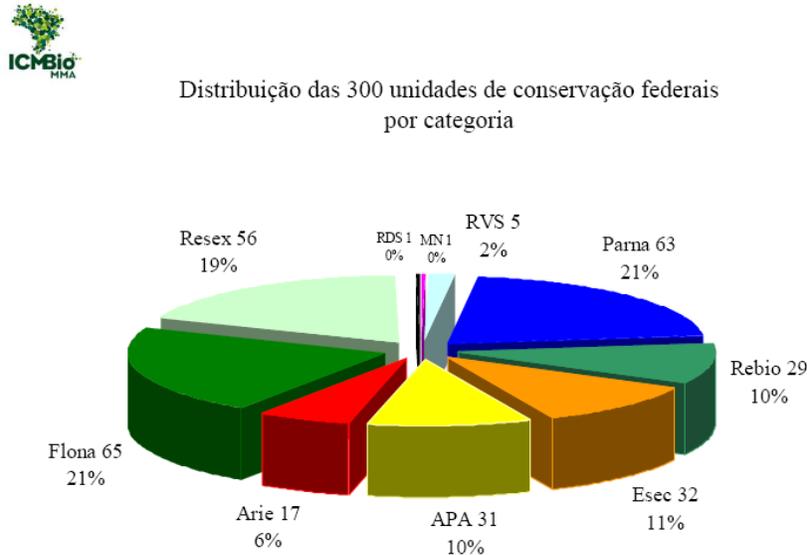
O SNUC, Lei Nº 9.985 de 2000, estabeleceu uma base legal consistente para a criação, implantação e manejo das unidades de conservação brasileiras (MMA, 2000).

O SNUC é constituído pelas unidades de conservação federais, estaduais e municipais, estabelecendo a necessária relação de complementaridade entre as diferentes instâncias e categorias, ordenando-as de acordo com seus objetivos de manejo: Proteção Integral ou Uso Sustentável.

O ICMBio (2008) é responsável pela gestão das 300 unidades de conservação (UC) federais, conforme demonstrado na Figura 1.1, as quais protegem aproximadamente 77 milhões de ha, o que representa 8,2% do território brasileiro, sendo 131 unidades de conservação de Proteção Integral (64 Parques Nacionais, 29 Reservas Biológicas, 31 Estações Ecológicas, 5 Refúgios da Vida Silvestre e 2 Monumento Natural) e 173 unidades de conservação de Uso Sustentável (31

Áreas de Proteção Ambiental, 17 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 65 Florestas Nacionais, 59 Reservas Extrativistas, 1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável). Somam-se ainda 471 Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Figura 1.1: Distribuição das Unidades de Conservação federais por categoria de manejo.



Fonte: ICMBio/DIBIO/CGPEQ/COINF

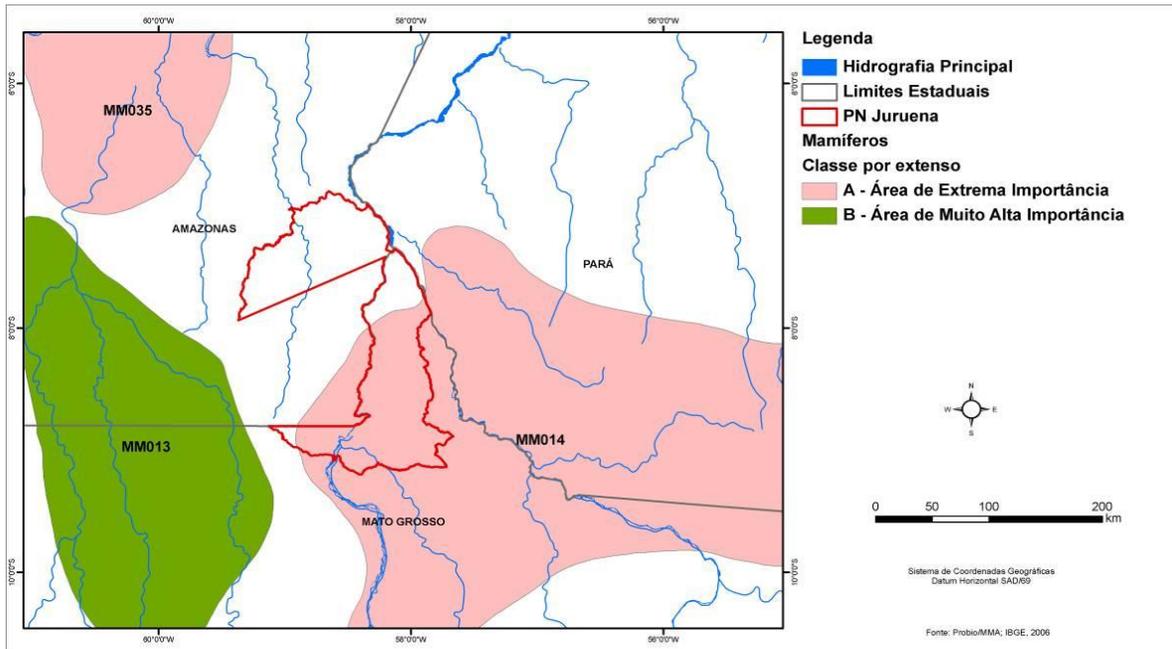
A Amazônia é o bioma brasileiro com maior número de unidades de conservação, as quais possuem os maiores tamanhos, mas ainda assim, considerados insuficientes diante da extensão e da importância nacional e global deste bioma.

Segundo dados do ICMBio, a Amazônia Legal, com 503.735.569ha, possui 61,3 milhões de ha protegidos em unidades de conservação federais, representando 38% das UC federais do país. Além destas áreas protegidas, há também as Terras Indígenas, que representam 23,2% da Amazônia Legal (Figura 1.2).

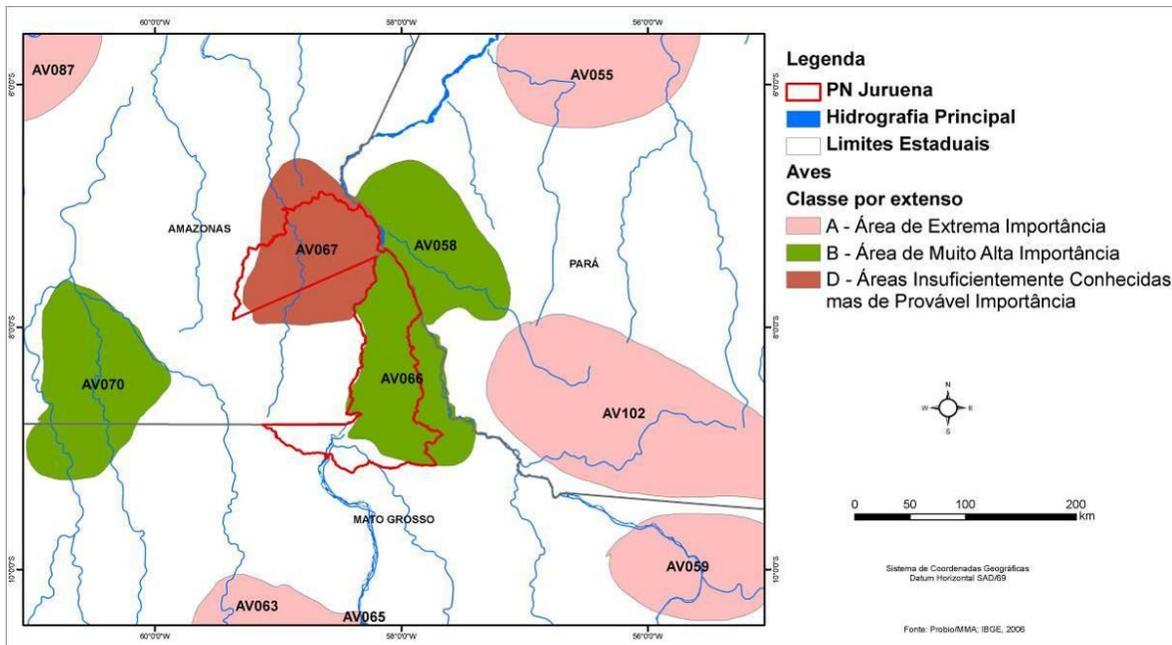
Contudo, ações de proteção e uso racional dos recursos naturais do bioma Amazônia continuam sendo urgentes diante da perda, em grande escala, de funções críticas da floresta, pelo avanço da fronteira agrícola e exploração madeireira (Arco do Desmatamento). E também, pelos efeitos negativos de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que inclui entre suas metas o aumento da extensão das estradas pavimentadas e a construção de portos, hidrovias, ferrovias e usinas hidroelétricas. Além disso, os impactos da caça, da pesca e do extrativismo, mesmo quando em pequena escala, diminuem drasticamente as populações de espécies com baixas taxas reprodutivas, como antas, porcos-do-mato e algumas espécies de macacos, colocando estas populações em risco (Robinson & Redford, 1991).

Figura 1.3: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região do Parque Nacional do Juruena.

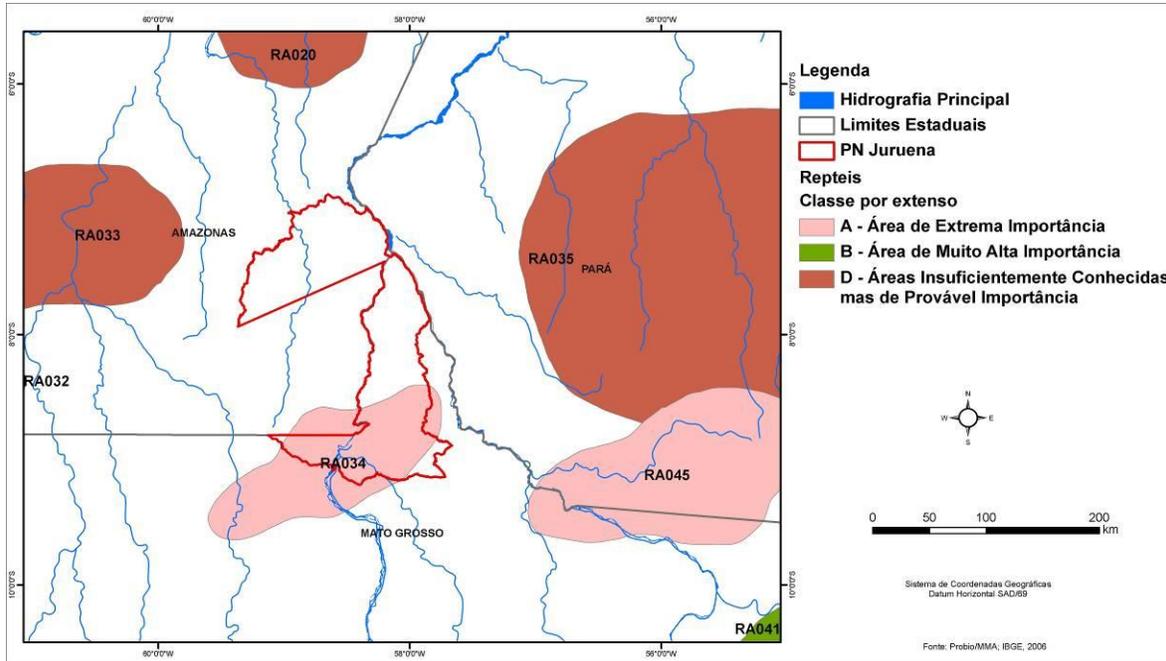
Para Mamíferos



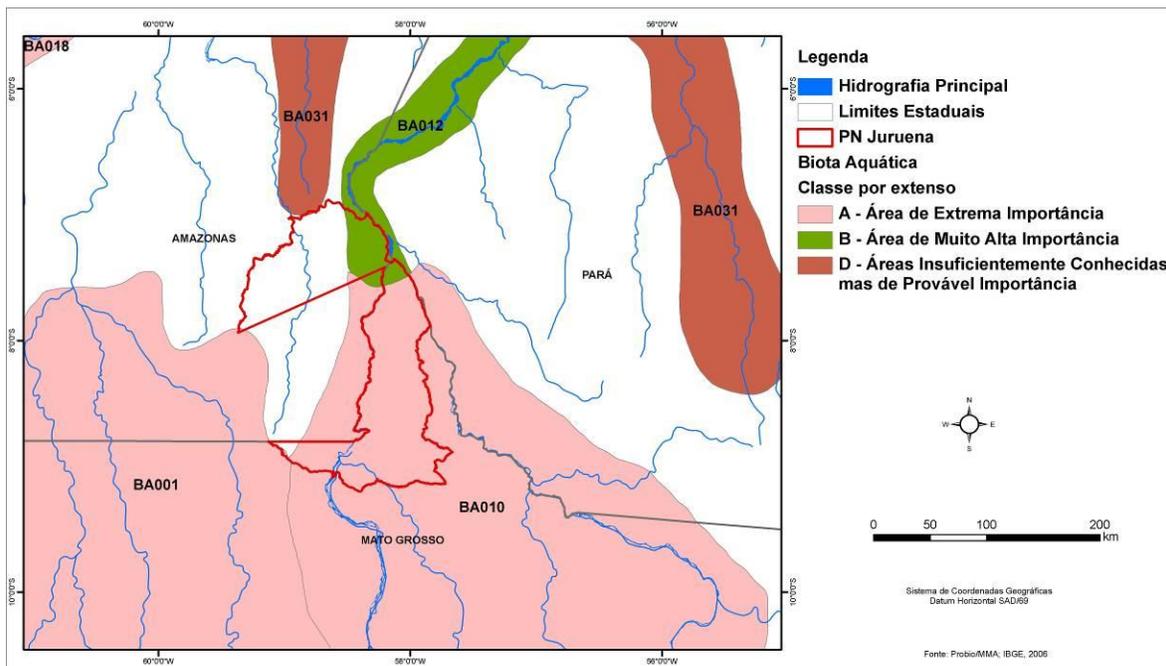
Para Aves



Para Répteis



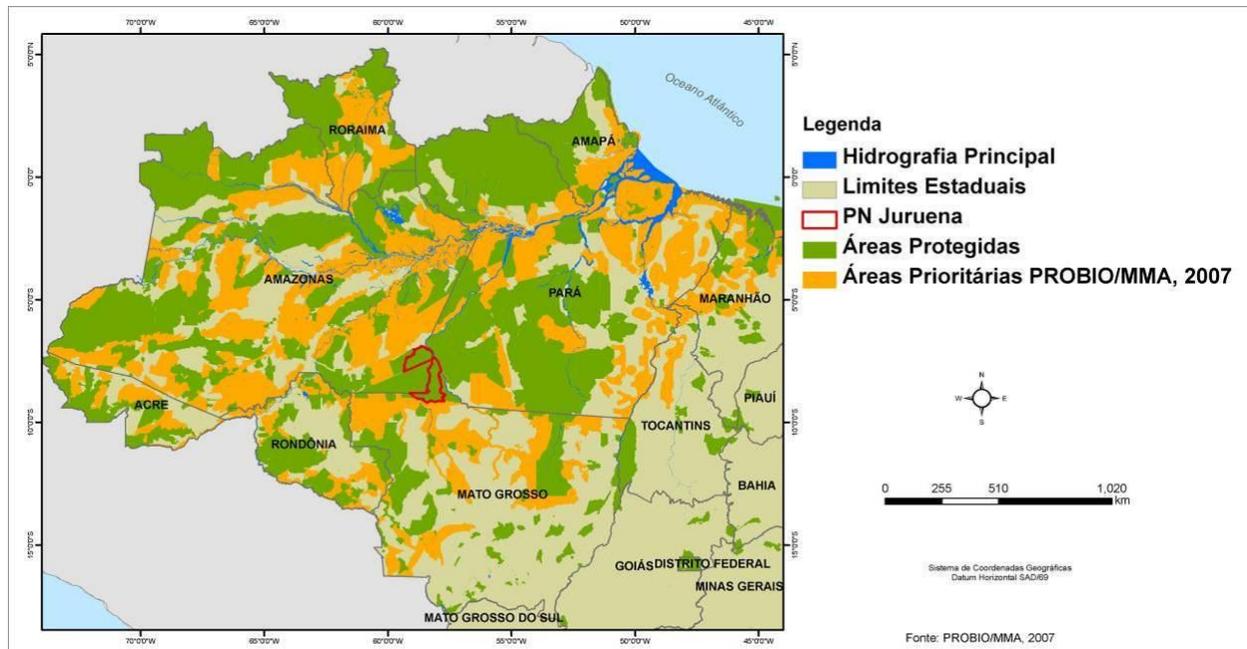
Para Fauna Aquática



A segunda etapa deste projeto aconteceu em 2007, em função da disponibilidade de novas informações e instrumentos e em consonância com as estratégias sugeridas pela CDB, pelas Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional de Biodiversidade e pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas. Nesta ocasião, foi feita uma atualização das Áreas e Ações Prioritárias, no âmbito de todos os biomas brasileiros. Os resultados dos Seminários Regionais por Bioma foram sistematizados no mapa com as novas áreas prioritárias (Figura 1.4) o qual foi apresentado e aprovado durante a 12ª Reunião

Extraordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), em dezembro de 2006 (MMA, 2007).

Figura 1.4: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Amazônia, 2007.



Outra iniciativa para a concretização da proteção da Amazônia é o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). É um programa do Governo Brasileiro, criado por meio do Decreto Nº 4.326 de 08 de agosto de 2002. Este programa, com duração prevista para 10 anos, tem como objetivo consolidar a conservação de amostras representativas do bioma Amazônico, protegendo pelo menos 50 milhões de hectares de florestas e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

O ARPA está sendo implementado pelo Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, ICMBio e pelos governos estaduais da Amazônia, contando com a participação do Fundo Global para o Meio Ambiente Global (GEF), Banco Mundial, o Banco de Cooperação do Governo da Alemanha (KfW), a Agência de Cooperação Alemã (GTZ), o *World Wildlife Found* (WWF) Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e organizações da sociedade civil (WWF, 2008).

O Parque Nacional do Juruena, decretado em 5 de junho de 2006, abrangendo parte de 5 municípios dos Estados de Mato Grosso e Amazonas, é uma das unidades apoiadas pelo ARPA, com recursos para a sua implementação, incluindo o estabelecimento inicial, planejamento da sua gestão e consolidação.

Como categoria Parque, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, conforme o estabelecido na Lei do SNUC (MMA, 2000).

Com área de 1.958.203ha¹ atualmente é o quarto maior Parque Nacional do país. Representa cerca de 2,5% de área abrangida por Unidades de Conservação Federais na Amazônia Legal e 5,3% das áreas protegidas como Parques Nacionais.

Situado na região Norte de Mato Grosso e Sudeste do Amazonas, ocupa uma posição estratégica no Arco do Desmatamento, garantindo a conectividade ambiental das demais áreas protegidas com as quais faz limite: a Floresta Nacional de Jatuarana, no Apuí-AM, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati e o Parque Estadual do Sucunduri, constituintes do Mosaico do Apuí, AM, o Parque Estadual Igarapés do Juruena, em Cotriguaçu-MT, e as terras indígenas Kayabi e Mundurucu. O bloco de conservação do Juruena-Apuí forma uma região com cerca de 9 milhões de hectares e faz parte de um conjunto maior de áreas protegidas, que se estende de leste para oeste, denominado Corredor de Conservação da Amazônia Meridional.

1.2.2. O Parque Nacional do Juruena e os Corredores Ecológicos

Os corredores ecológicos são definidos no SNUC como “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais”.

Também, segundo o SNUC o “órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação”, ampliando a escala do planejamento e possibilitando que sejam estabelecidas restrições ao direito de propriedade.

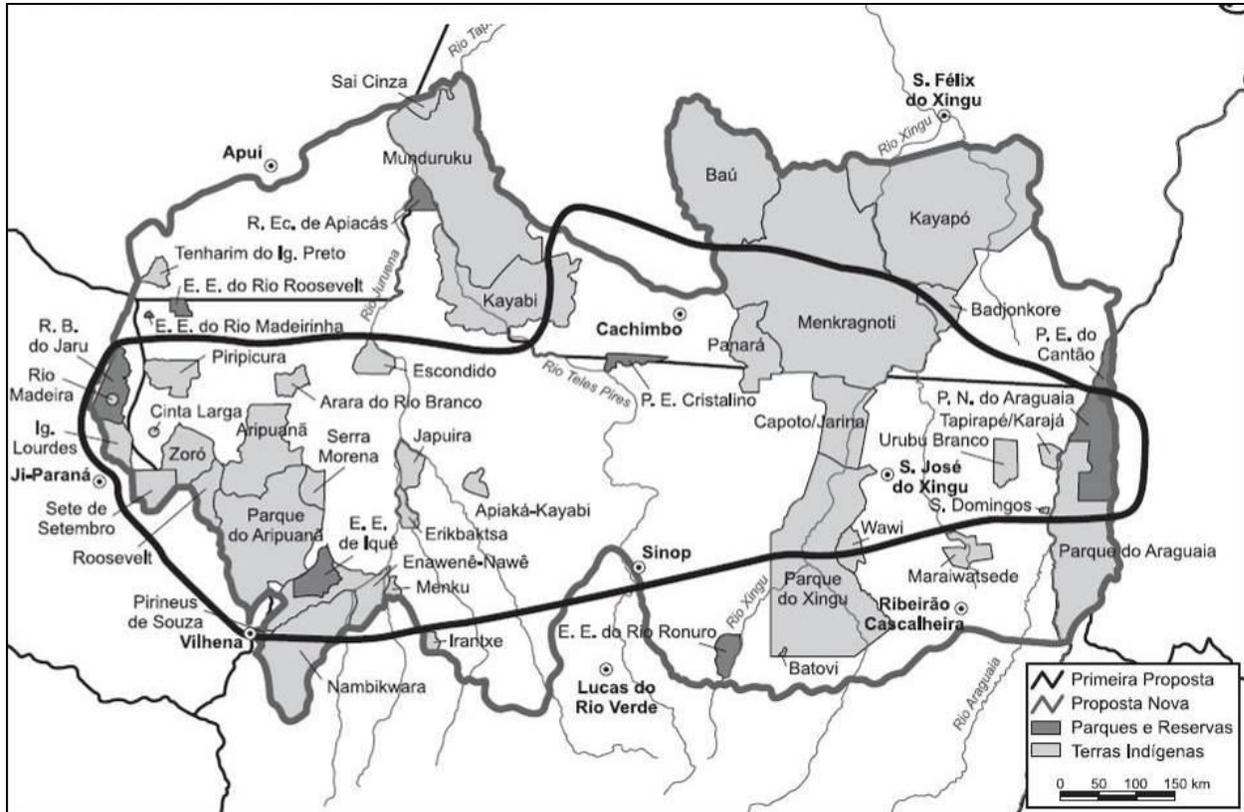
A proposta de implantação de corredores para a conservação da biodiversidade, introduzindo a necessidade de grandes espaços de conservação e de manutenção da conectividade entre áreas protegidas por meio de variadas estratégias, no âmbito das políticas públicas, começou a ser elaborada em diversas oficinas na década de 90.

Desde então, a proposta vem sendo aperfeiçoada e o Projeto Corredores Ecológicos, do Ministério do Meio Ambiente, componente do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), MMA/PPG7 (2002), prevê a implantação de 5 corredores na Amazônia (Norte, Oeste, Central e Sul e Ecótonos Sul-Amazônicos) e 2 na Mata Atlântica. Este projeto foi dividido em duas fases, prevendo que na primeira seriam implementados os Corredores da Amazônia Central e Central da Mata Atlântica, ficando os demais para uma segunda fase, aproveitando a experiência de implementação dos dois primeiros.

O PNJu está inserido na proposta de Corredor dos Ecótonos Sul Amazônicos, também denominado Corredor de Conservação da Amazônia Meridional. Na publicação de Ayres *et alii* (1997), este Corredor já aparecia como uma região importante (Figura 1.5) e na publicação “Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil” (Ayres *et alii*, 2005) aparece ampliado para uma área de 761.576km² dos estados do Amazonas, Rondônia, Pará, Mato Grosso e Tocantins, incluindo unidades de conservação e terras indígenas.

¹ Área aproximada da porção não insular, se considerar as áreas das ilhas, o PNJu abrange um total de 1.959.454,59ha.

Figura 1.5: Propostas originais de limites para o Corredor dos Ecótonos Sul Amazônicos.

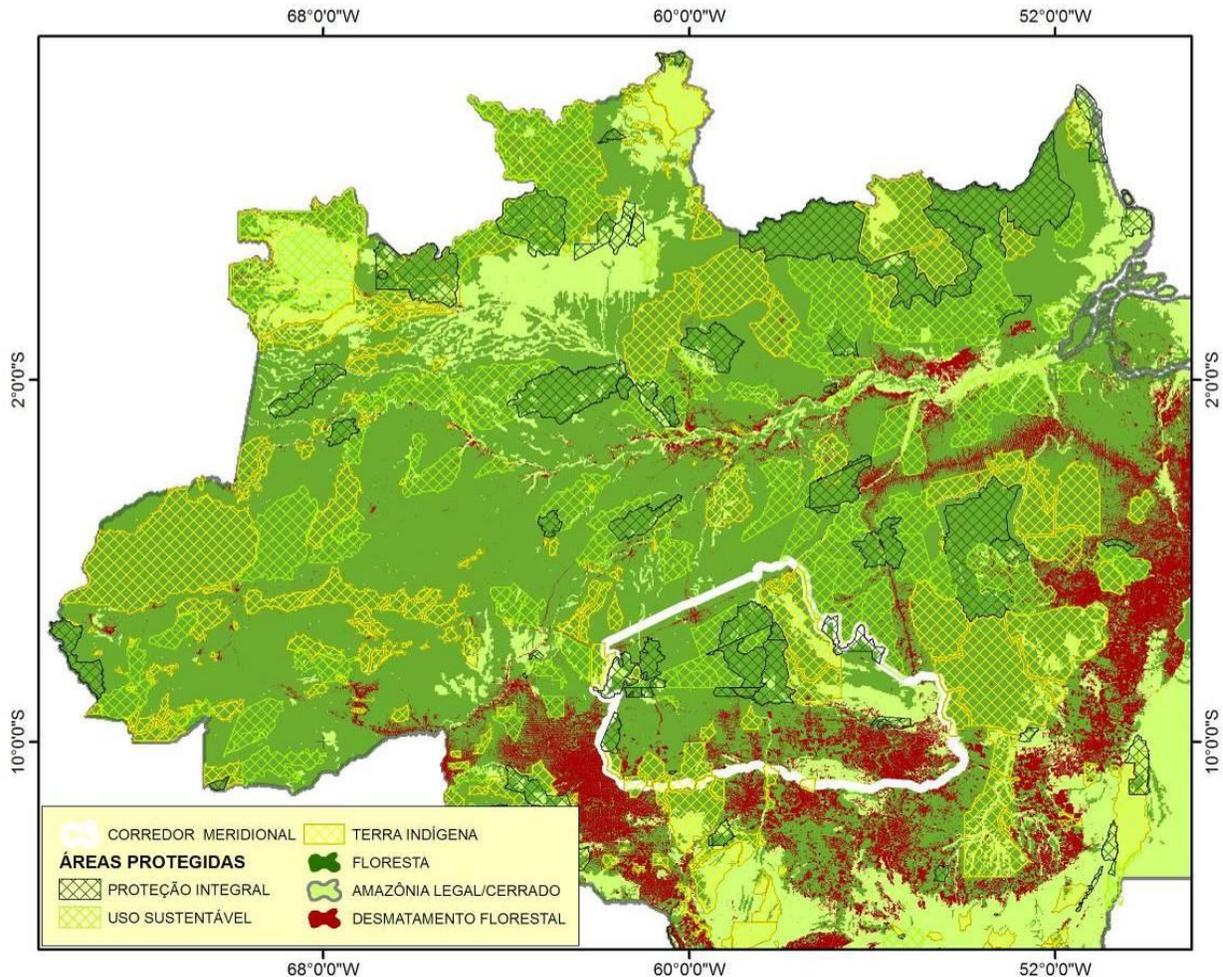


Fonte: Ayres et alii, 1997.

Atualmente, a proposta deste corredor estende-se do estado de Tocantins até o Estado de Rondônia, constituído por 54 áreas protegidas, sendo 24 UC (14 de proteção integral), 29 Terras Indígenas (TI) e a área militar da Força Aérea Brasileira (FAB), incluindo parte de 69 municípios, como mostra a Figura 1.6.

Esse imenso conjunto de áreas protegidas forma uma barreira imediatamente ao norte dos principais focos de desmatamentos registrados nos últimos anos, provenientes da expansão da fronteira agropecuária, principalmente no Estado de Mato Grosso, como demonstra a Figura 1.5, constituindo-se também como uma das mais eficientes estratégias para o sucesso das metas governamentais no “Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal” (Brasil, 2004), bem como para a conservação dos ecossistemas amazônicos.

Figura 1.6: Proposta atual de limites para o Corredor dos Ecótonos Sul Amazônicos.



Fonte: MMA, 2004.

1.2.3. O Parque Nacional do Juruena e o Mosaico da Amazônia Meridional

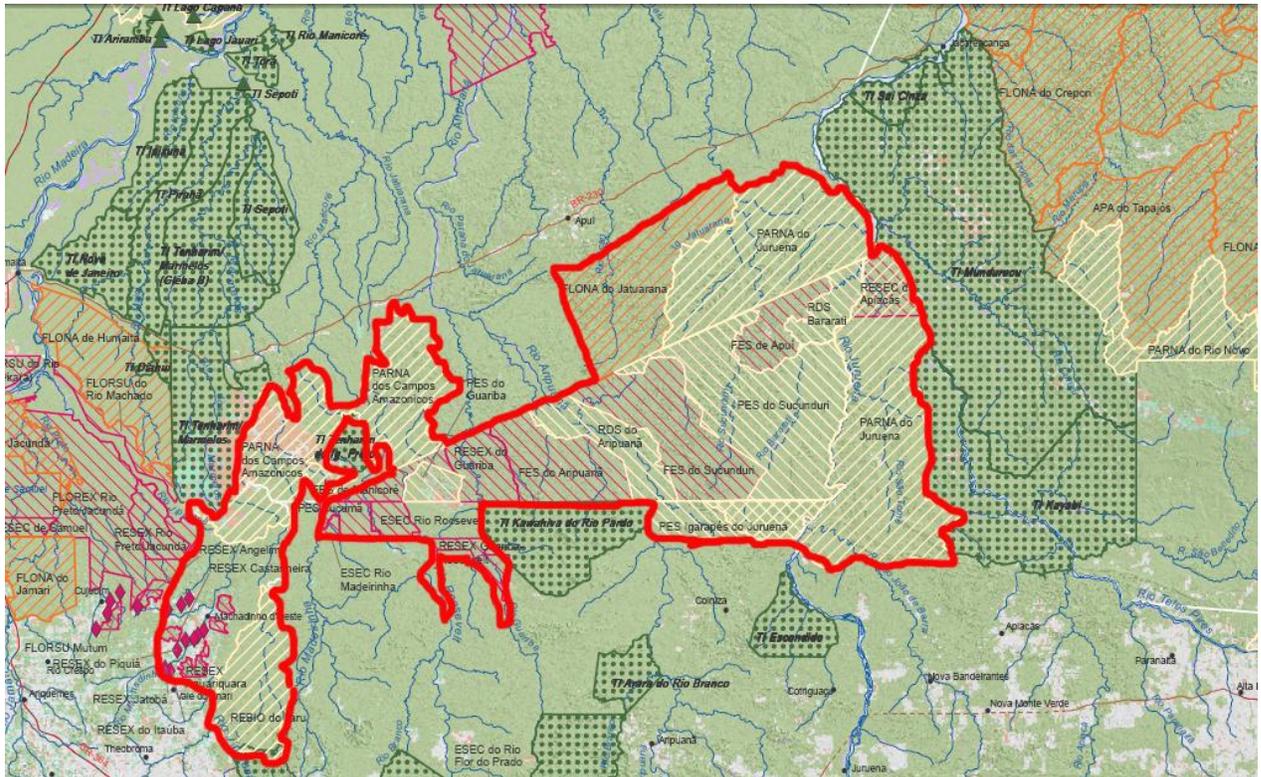
Mais recentemente, na porção centro-sul deste grande corredor foi criado um novo conjunto de unidades de conservação: o Mosaico do Apuí, a Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, a Floresta Nacional de Jatuarana e os Parques Nacionais dos Campos Amazônicos e do Juruena.

A partir do Programa ARPA, com apoio da cooperação do WWF-Brasil e GTZ, esta região vem sendo alvo de um esforço articulado pelo ICMBio, juntamente com as Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMA) de Mato Grosso, do Amazonas e de Rondônia, Instituto Centro de Vida (ICV), Pacto Amazônico e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), buscando o ordenamento territorial integrado e o planejamento conjunto da proteção da área, por meio do seu reconhecimento como Mosaico da Amazônia Meridional.

Este mosaico, com cerca de 5 milhões de ha, compreende parte do norte e noroeste de Mato Grosso, do sul do Amazonas e do oeste de Rondônia, incluindo, além do Parque Nacional do Juruena, as 9 unidades de conservação que compõem o Mosaico do Apuí (Parque Estadual do Guariba, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati, Reserva Extrativista do Guariba, Parque Estadual do Sucunduri, Floresta Estadual do Sucunduri, Floresta Estadual do Aripuanã, Floresta Estadual do Apuí, Floresta Estadual de Manicoré e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã), as Estações Ecológicas Rio Roosevelt e Rio Madeira, os Parques

Estaduais Igarapés do Juruena e Tucumã, o Parque Nacional Campos Amazônicos, a Reserva Biológica do Jaru, a Floresta Nacional Jatuarana, a Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, como mostra a Figura 1.7. Há também a proposta de incluir no mosaico um conjunto de 17 pequenas Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia.

Figura 1.7: Área proposta como Mosaico da Amazônia Meridional.



Fonte: ICV/IRGANG, 2006.

As instituições parceiras vêm se organizando para integrar ações e estabelecer, em conjunto, um planejamento estratégico e os demais documentos necessários para que o mosaico seja oficialmente reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente. Neste sentido, já foram realizados três seminários sobre mosaicos e quatro oficinas específicas para a implementação do Mosaico da Amazônia Meridional, nos quais houve representação constante do PNJu.

1.3. Enfoque Estadual

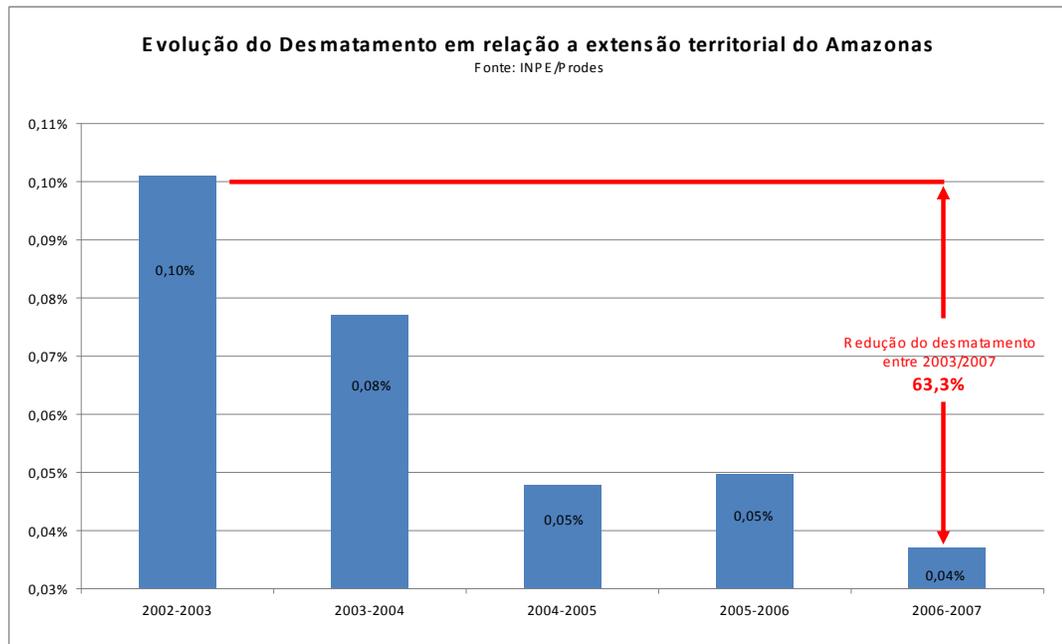
O PNJu, por estar localizado em dois municípios do Amazonas - Apuí e Maués, e três municípios de Mato Grosso - Apicás, Nova Bandeirantes e Cotriguaçu, sofre influência do contexto ambiental destes dois estados.

1.3.1. Implicações Ambientais

O Amazonas é o maior Estado brasileiro, com uma área de 157.782.000ha e cerca de 3 milhões de habitantes. Este Estado abrange um terço da Amazônia Brasileira, sendo sua porção mais protegida, com menos de 3% de áreas desmatadas (SDS, 2009).

O índice de desmatamento em floresta primária no Amazonas foi reduzido de 1.558,16km², em 2003, para 479km² em 2008 (Figura 1.8), conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2008). Esta foi a mais significativa redução do desmatamento na Amazônia Legal, onde a soma das novas áreas desmatadas em todos os estados chegou a 11.968km² (contra 11.532 em 2007).

Figura 1.8: Evolução anual do desmatamento no Estado do Amazonas.



Além da redução do desmatamento, o Estado do Amazonas também apresentou o menor índice de focos de calor dos últimos cinco anos. Foram detectados 1.081 focos, no período 2006/2007, contra 1.138 no período 2007/2008, diminuindo assim as queimadas associadas às atividades agropastoris.

Segundo a Fundação Amazonas Sustentável (FAS, 2009), o processo de desmatamento no Amazonas apresenta singularidades que devem ser consideradas na formulação de políticas públicas, tais como: (i) grande dimensão territorial (157,7 milhões de hectares); (ii) elevada diversidade cultural indígena (66 etnias), incluindo grupos isolados (cerca de 20); (iii) grande riqueza de saber etnoecológico, com tecnologias socioambientais apropriadas ao desenvolvimento sustentável; (iv) megabiodiversidade; (v) baixo grau de empobrecimento biológico (2% de desmatamento - o mais baixo da região - e mais elevado no Sul do Estado); (vi) baixos índices de desenvolvimento humano (0,4 a 0,7); (vii) elevado custo de transporte rodoviário, (viii) extensa malha hidroviária; (ix) sistemas de geração de energia elétrica isolados e de elevado custo; (x) baixa proporção da superfície do Estado regularizada em termos fundiários; (xi) elevada proporção do Estado na forma de áreas protegidas (40%, ou 63 milhões de hectares); e (xii) elevada disponibilidade de recursos hídricos (80% do Brasil e 2/3 do mundo).

Outra particularidade importante para o contexto do PNJu, é a concentração das maiores frentes de desmatamentos na área de influência da BR-319, no sul do Estado, onde o Parque está localizado. Apuí é um dos municípios desta região com maior índice de desmatamento (Tabela 1.1), atribuído principalmente aos projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde a produção familiar foi substituída pela pecuária.

Tabela 1.1: Incremento da taxa de desmatamento nos municípios amazônicos da região do Parque Nacional do Juruena, entre 2006/2007.

Município	Área (km ²)	Desmatado 2007	Incremento 2006/2007	Floresta 2007
Apuí	54481	1539,1	95,3	51779,7
Maués	40079	1250,7	14,2	28545,8

Fonte: INPE, 2008.

Visando a sustentabilidade ambiental e social, principalmente destas áreas de maior risco, o Estado tem investido em vários programas e projetos, tais como a participação no Programa Guardiões da Amazônia, que congrega a fiscalização do IBAMA, Polícia Militar e outros órgãos públicos (SDS, 2009).

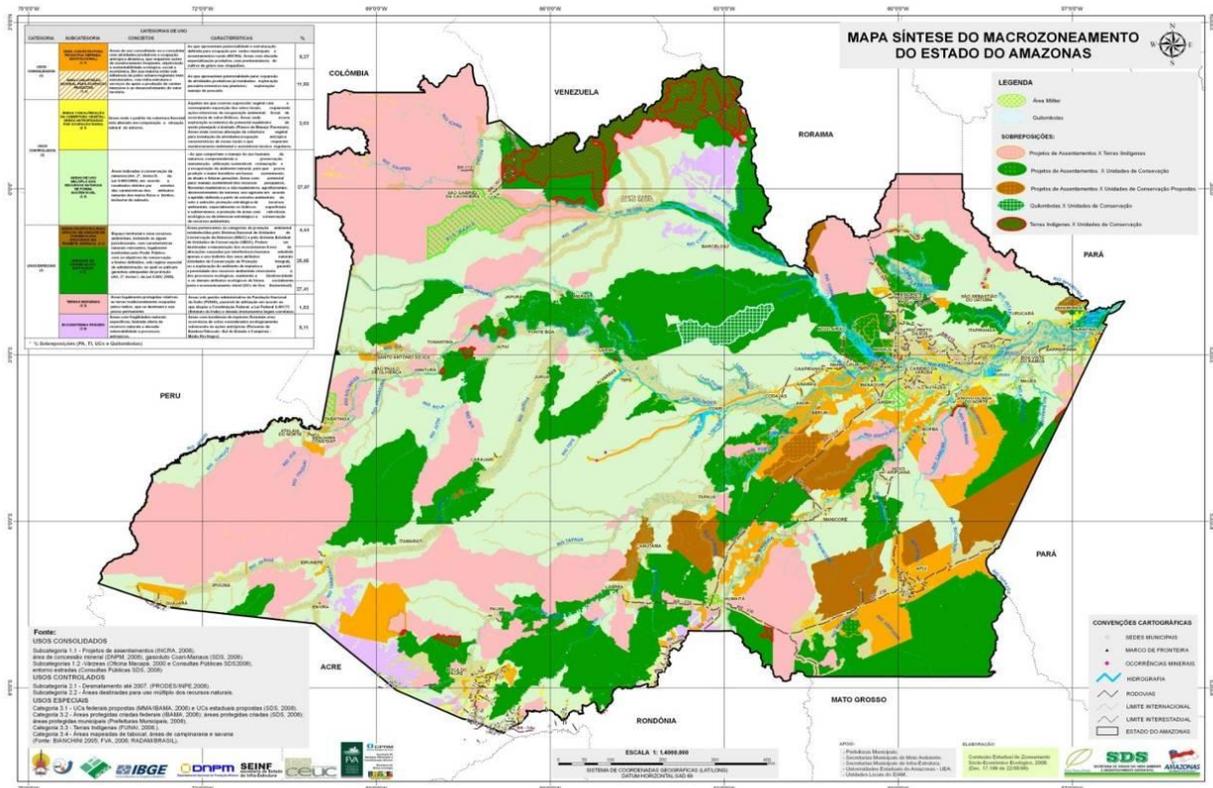
Da mesma forma, o Programa Zona Franca Verde é outra estratégia de ação em desenvolvimento, para a prevenção e controle do desmatamento no sul do Estado, articulado com o Plano Federal de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira. Entre as áreas prioritárias do Programa está a área de influência da rodovia Transamazônica (BR-230), abrangendo os Municípios de Maués, Apuí, Manicoré, Humaitá, Canutama e Lábrea, na divisa com os Estados de Pará, Mato Grosso e Rondônia.

1.3.1.1. Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado do Amazonas

O Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas (Figura 1.9), visando o ordenamento territorial, foi elaborado com o apoio de técnicos do governo federal e de instituições científicas e acadêmicas, discutido com a população em 11 audiências públicas, recebendo também sugestões da Comissão Coordenadora do ZEE Brasil. Foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado em 31 de julho de 2009 (Lei Nº 3.417 de 31/07/09), estabelecendo três grandes zonas, com 8 sub-divisões:

- I. Zona de Usos Consolidados / A Consolidar: (1.1) Áreas com Estrutura Produtiva Definida; (1.2) Áreas com Aptidão para Ocupação Produtiva;
- II. Zona de Usos Controlados: (2.1) Áreas com Alterações da Cobertura Vegetal/ Antropizadas por Ocupação Rural; (2.2) Áreas de Uso Múltiplo dos Recursos Naturais de Forma Sustentável;
- III. Zona de Usos Especiais: (3.1) Áreas Potenciais para Criação de Unidades de Conservação; (3.2) Unidades de Conservação Instituídas; (3.3) Terras Indígenas; (3.4) Ecossistemas Frágeis.

Figura 1.9: Ilustração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas.



Fonte: www.sds.am.gov.br e www.senado.gov.br/web.

O Macrozoneamento está sendo estimulado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), como parte do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) de todos os estados da Amazônia e também o macrozoneamento regional, considerados como instrumentos fundamentais para a execução das políticas de desenvolvimento sustentável, de implementação do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e de definição dos investimentos do Fundo Amazônia Sustentável, entre outras ferramentas de gestão.

Podem ainda ser citados a Lei Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, (Lei Nº 3.135 de 05 de junho/2007), a Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Lei Complementar Nº 53, de 05/6/07) e o Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento, concluído em novembro de 2008 (SDS, 2009).

1.3.1.2. Áreas Protegidas como Unidades de Conservação no Estado do Amazonas

No Estado do Amazonas existem 74 Unidades de Conservação, sendo 33 federais, 41 estaduais e 8 municipais, protegendo em conjunto 30.779.568ha que, somados à área das 178 terras indígenas, com uma superfície total de 45.985.930ha, totalizam 76.765.498ha de áreas protegidas (Figura 1.10). Algumas destas áreas estão sobrepostas, havendo 8.236.166ha de sobreposição entre unidades de conservação e terras indígenas e 1.793.759ha de sobreposição entre as diversas áreas de conservação.

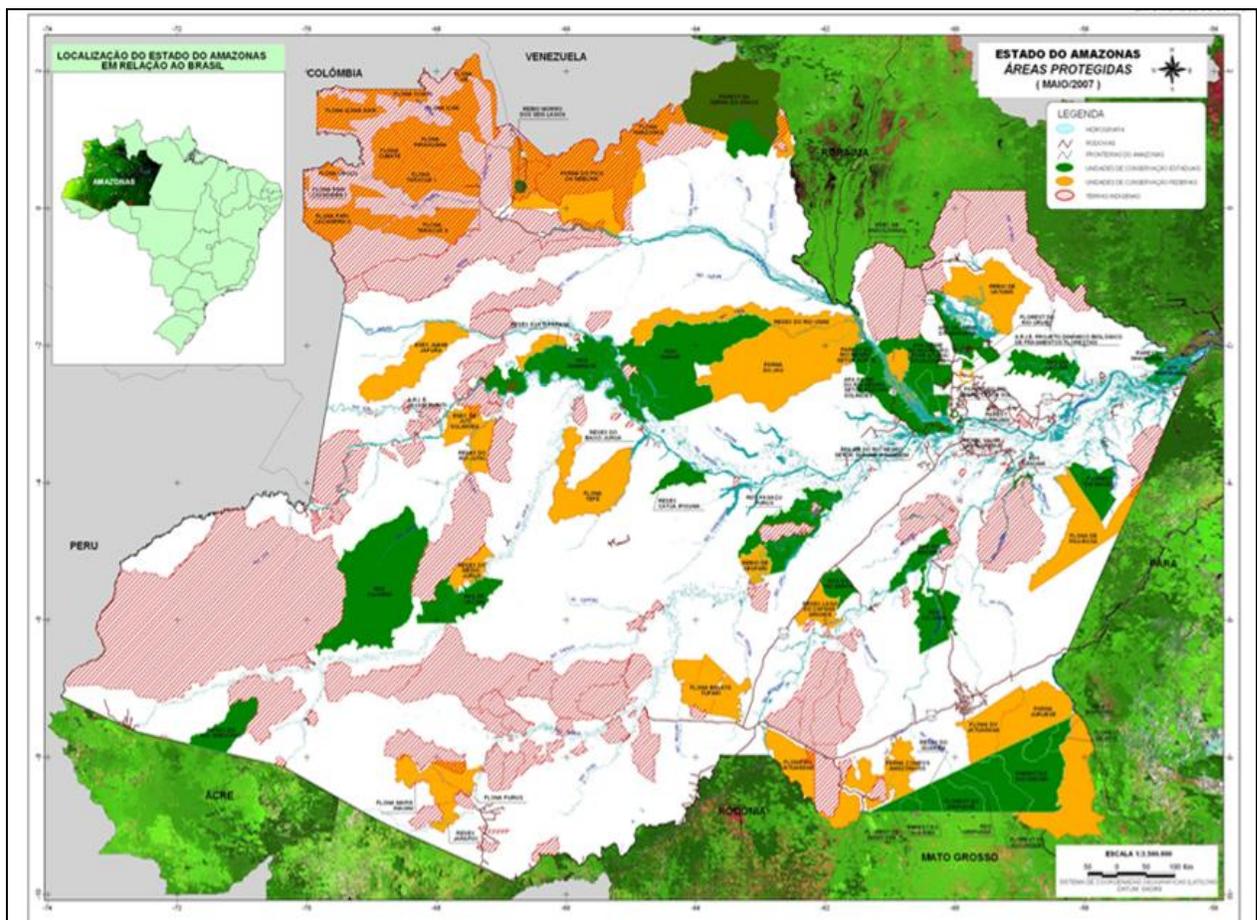
Das 34 Unidades de Conservação estaduais, 26 são de Uso Sustentável (12 Reservas de Desenvolvimento Sustentável; 3 Reservas Extrativistas; 5 Áreas de Proteção Ambiental e 6 Florestas Estaduais), perfazendo 13.392.346ha e oito são de Proteção Integral (1 Reserva

Biológica e 7 Parques Estaduais), com 3.096.765ha, correspondendo, respectivamente, a 8,0 e 2,0% do território do Estado, num total de 16.489.111ha.

Entre estas, o Mosaico do Apuí, criado em dezembro de 2004, com objetivo de frear o desmatamento, a ocupação desordenada e a grilagem de terras que se expandia, de forma agressiva, de Mato Grosso em direção ao Amazonas, atualmente faz limite com o PNJu. O mosaico é formado por nove unidades de conservação, de diferentes categorias de manejo, num total de 3.070.058ha: Parque Estadual do Guariba (72.296,331ha), Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati (153.083,340ha), Reserva Extrativista do Guariba (180.904,706ha), Parque Estadual do Sucunduri (1.006.350,041ha), Floresta Estadual do Sucunduri (545.163,522ha), Floresta Estadual do Aripuanã (369.337,385ha), Floresta Estadual do Apuí (286.161,751ha), Floresta Estadual de Manicoré (171.300,187ha) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã (260.380,111ha).

O Estado conta com um Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Amazonas, instituído em 5 de junho de 2007, pela Lei Complementar 53, que estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação estaduais, classifica infrações e estabelece penalidades (FAS, 2009).

Figura 1.10: Áreas protegidas no Estado do Amazonas, 2008.

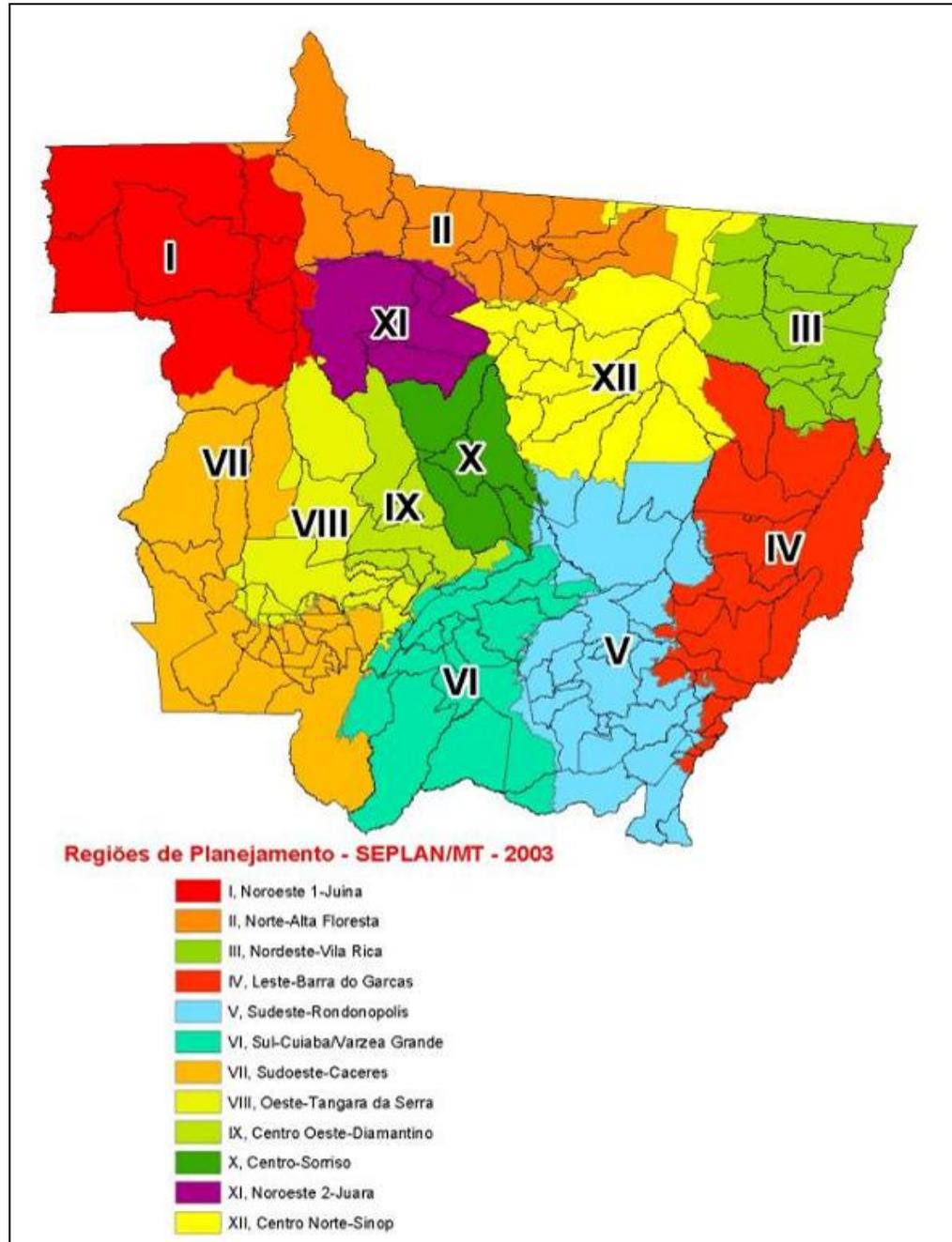


Fonte: www.fas-amazonas.org.

1.3.2. Zoneamento Socioeconômico e Ecológico dos Estados de Rondônia e de Mato Grosso

O Estado de Mato Grosso, com superfície de 903.357,91km², possui 141 municípios, agrupados em 12 Regiões de Planejamento (SEPLAN, 2003), conforme mostra a Figura 1.11. Uma das principais áreas de influência sobre o PNJu localiza-se no norte do estado, na Região II: Norte-Alta Floresta.

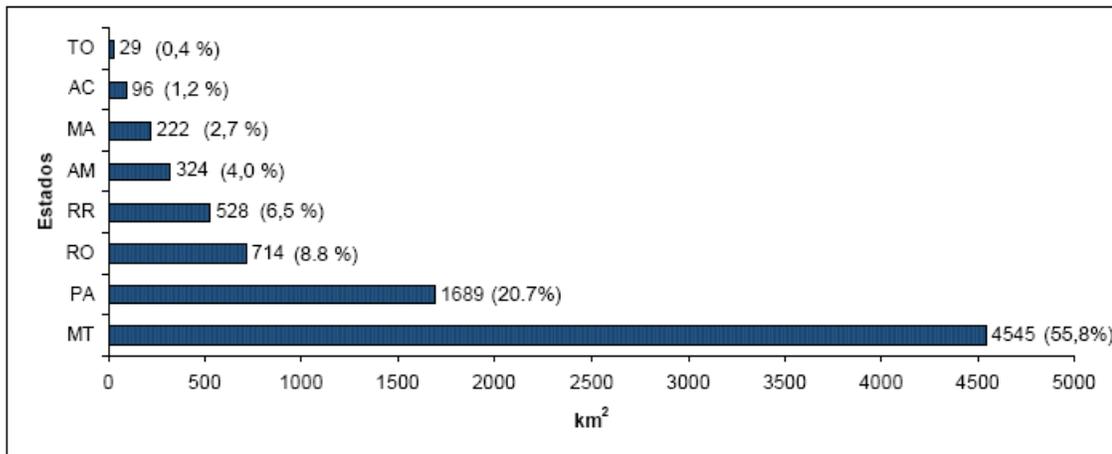
Figura 1.11: Regiões de planejamento do Estado de Mato Grosso.



Apesar de iniciativas visando a conservação ambiental e florestal, como a Lei Complementar Nº 233 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato

Grosso e o Decreto Federal Nº 8.188, de 10 de Outubro de 2006, que regulamenta a Gestão Florestal, o desmatamento no estado já atingiu uma área de 201.807km² e o Mato Grosso permanece com as maiores taxas de desmatamento (corte raso) da Amazônia Legal, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), como mostra a Figura 1.12.

Figura 1.12: Distribuição dos 8.147 km² desmatados em 2007/2008, por estados da Amazônia Legal.



Fonte: INPE, 2008.

Entre 2007 e 2008, o Mato Grosso também foi o Estado que apresentou maior extensão de áreas degradadas e o que mais transformou estas em corte raso, como mostra a Tabela 1.2.

Tabela 1.2: Áreas degradadas (km²) e convertidas para corte raso, em 2007 e 2008, por estado, na Amazônia Legal.

Estado	Áreas Degradadas (km ²)		Degradação de 2007 convertida para corte raso 2008
	2007	2008	
Acre	89	27	9
Amazonas	180	65	9
Amapá	-	-	-
Maranhão	1.814	3.978	152
Mato Grosso	8.744	12.534	920
Pará	3.466	7.708	612
Rondônia	367	477	95
Roraima	118	77	37
Tocantins	137	66	11
TOTAL	14.915	24.932	1.845

Fonte: INPE, 2008.

1.3.2.1. Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso

A Constituição Federal de 1988 definiu a realização do Zoneamento Antrópico Ambiental (tecnicamente denominado Zoneamento Socioeconômico-Ecológico), como competência do Governo dos Estados Brasileiros.

Em 1992, foi editada a Lei Estadual Nº 5.993, que define a Política de Ordenamento Territorial e ações para a sua consolidação, objetivando o uso racional dos recursos naturais da área rural do Estado de Mato Grosso, constituindo a primeira aproximação do zoneamento, tecnicamente denominado Bases Geográficas para o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (SEPLAN/CENEC, 2004).

Em 2004, foi encaminhada à Assembleia Legislativa a primeira versão do Projeto de Lei que institui a Política de Planejamento e Ordenamento Sustentado do Estado de Mato Grosso, estabelece os Planos de Ação e Gestão, e cria o Sistema Integrado de Gestão e Planejamento, do qual o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) era parte integrante.

Em 2005, o referido projeto foi retirado da Assembleia Legislativa e encaminhado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Solos do Rio de Janeiro para uma análise técnico-conceitual, a qual foi apresentada em 2007, em seminário com participação de membros do Consórcio ZEE Brasil – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), EMBRAPA Solos, Secretários de Estado de Meio Ambiente e Planejamento e Coordenação Geral, Coordenador Nacional de Zoneamento do MMA e Técnicos da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) e Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Neste foram propostas algumas adequações, finalizadas em março de 2008 e aprovadas pela Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso, composta por 47 representantes de instituições governamentais e da sociedade civil.

O novo Projeto de Lei foi encaminhado à Assembleia Legislativa em abril de 2008. Desde então, a Comissão Especial do Zoneamento Socioeconômico Ecológico da Assembleia Legislativa discutiu o projeto em audiências públicas nas regiões-pólos de Mato Grosso.

O Projeto contempla a definição de Zonas e Subzonas de Intervenção (Figura 1.13) agrupadas nas seguintes categorias e sub-categorias:

- **Categoria 1.** Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar.
- **Categoria 2.** Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo.
- **Categoria 3.** Áreas que Requerem Manejos Específicos.
- **Categoria 4.** Áreas Protegidas.
 - Subcategoria 4.1. Áreas Protegidas Criadas.
 - Subcategoria 4.2. Áreas Protegidas Propostas.

1.3.2.2. Áreas Protegidas do Estado de Mato Grosso

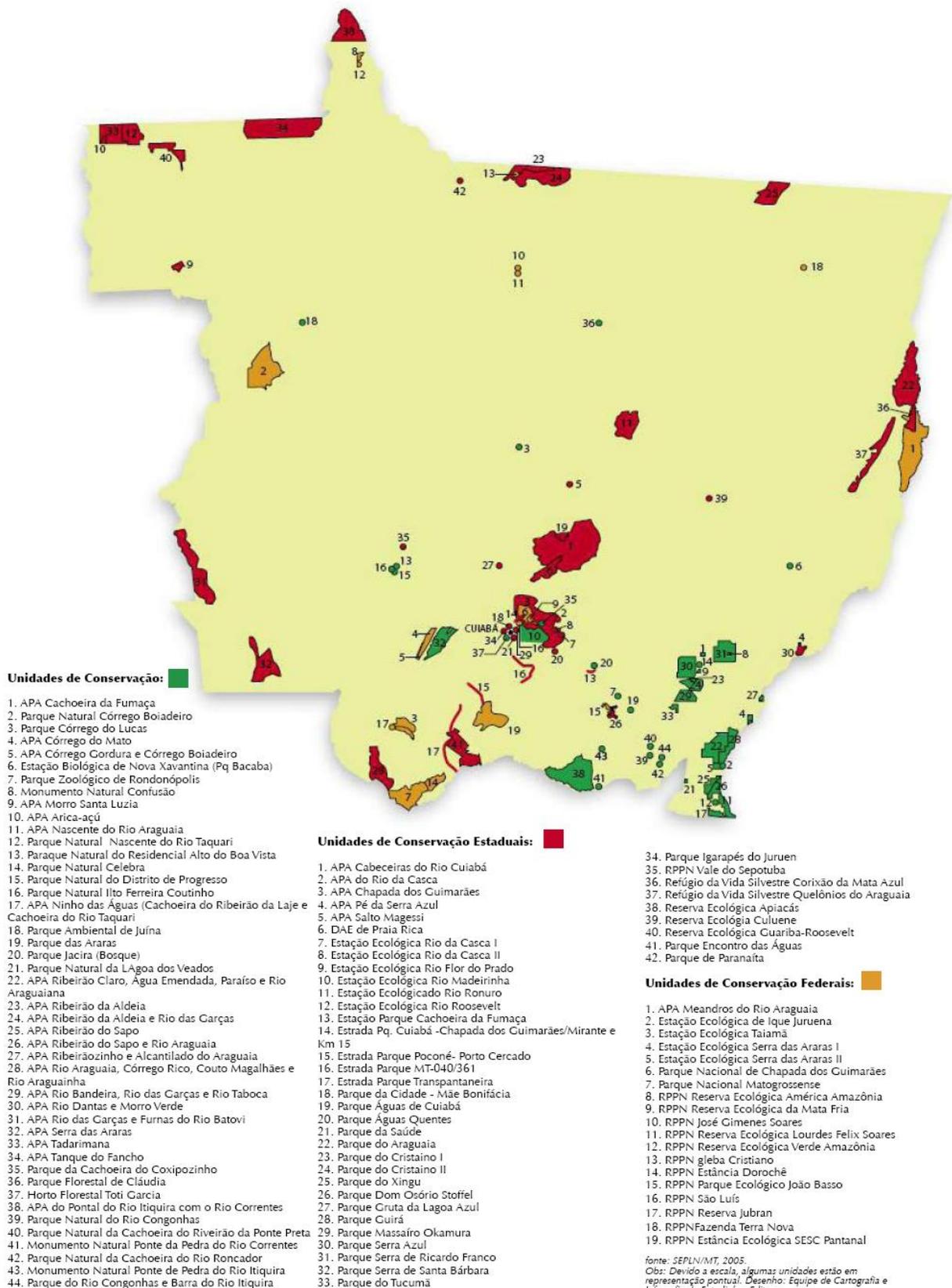
O governo estadual criou e administra 44 unidades de conservação, que somam cerca de 3 milhões de ha, sendo 30 unidades de Proteção Integral (2 Reservas Ecológicas, 5 Estações Ecológicas, 19 Parques Estaduais, 2 Refúgios da Vida Silvestre; 1 Monumento Natural) e 7 de Uso Sustentável (6 Áreas de Proteção Ambiental e 1 Reserva Extrativista), além de 5 Estradas Parque, 3 RPPN e uma DAE. Há também 41 unidades municipais (18 Parques, 3 Monumentos Naturais e 20 Áreas de Proteção Ambiental (Figura 1.14).

No total, essas UC representam quase 50 mil km², ou 5% do território estadual, protegendo diferentes ecossistemas, típicos do Cerrado, do Pantanal e da Floresta Amazônica. A maior parte das unidades são de categorias de manejo de proteção integral.

O Estado conta ainda com 75 Terras Indígenas.

O SEUC de Mato Grosso foi legalmente instituído em 1997, por meio do Decreto Estadual Nº 1795/97. O SEUC que regulamenta, estabelece objetivos e normas para a criação, implantação e gestão dos espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, foi um dos primeiros sistemas estaduais estabelecidos no Brasil e também inclui Estrada Parque como categoria de manejo de uso sustentável.

Figura 1.14: Áreas Protegidas no Estado de Mato Grosso.



BIBLIOGRAFIA

- Ab'Saber, A. N., 1977. Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos glaciais quaternários. IGEOG-USP - Paleoclimas 3: 1-19.
- Ab'Saber, A. N., 2002. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. Estud. av., São Paulo, Vol. 16, Nº 45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103>. Acesso em: 16 abr. 2003.
- Aguirre, A. C., Aldrichi, A. D., 1983. Catálogo das aves do Museu da Fauna. Primeira parte. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento florestal. Delegacia Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Aleixo, A., 1997. Range extension of the Large-headed Flatbill *Ramphotrigon megacephala* with comments on its distribution. Bull. Brit. Ornithol. Club 117:220-223.
- Aleixo, A., Whitney, B. M., Oren, D. C., 2000. Range extensions of birds in southeastern Amazonia. Wilson Bull. 112(1): 137-142.
- Allison, A., Samuelson, A., Miller, S. E., 1993. Patterns of beetle species diversity in New Guinea rainforest as revealed by canopy fogging: preliminary findings. Selbyana 14: 16-20.
- Almeida, F. F. M, Hasui, Y., Neves, B. B., Fuck, R. A., 1977. Províncias Estruturais Brasileiras. Atas do VIII Simpósio de Geologia do Nordeste. Campina Grande. Paraíba. pp. 363-391.
- Amaral, A., 1948. Ofídios de Mato Grosso. 2nd ed. Comissão Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso e Amazonas. Publicação Nº 84, Anexos Nº 5, Hist. Nat. Zool. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Anderson, A. B., 1981. White-sand vegetation of Brazilian Amazonia. Biotropica 13:199-210.
- Arrolho, S., Rosa, R. G. D., Ramires, D. G., Godoi, D. S., Smerman, W., Pascoal, V. P., 2006. Relatório da Ictiofauna para o Plano de Manejo da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, Pará. ICV / WWF Brasil / IBAMA.
- Arrolho, S., Godoi, D. S., Rosa, R. D., 2007. Avaliação Ecológica Rápida para a Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Jaru, Estado de Rondônia - Relatório Técnico Final do Componente Ictiofauna. Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Relatório Técnico Não Publicado).
- Arrolho, S., Godoi, D. S., Rosa, R. D., 2008. Relatório da Ictiofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Arruda, R. S. V., 1998. Rikbaktsa. Instituto Sócio Ambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/rikbaktsa/rikbaktsa.shtm>>. Acesso em: 06 dez. 2007.
- Audibert, E. A., Ramos, M. E., 2008. Relatório de Socioeconomia para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Ávila-Pires, T. C. S., 1995. Lizards of brazilian Amazonian (Reptilia: Squamata). Zool. Verh. Leiden 299:1-706.
- Ávila-Pires, T. C. S., Vitt, L. J., 1998. A new species of *Neusticurus* (Reptilia: Gymnophthalmidae) from the Rio Juruá, Acre, Brazil. Herpetologica 54:235-245.
- Ávila-Pires, T. C. S., Hoogmoed, M. S., 2000. On two new species of *Pseudogonatodes* Ruthven, 1915 (Reptilia: Squamata: Gekkonidae), with remarks on the distribution of some other sphaerodactyl lizards. Zoologische Mededelingen Leiden. Leiden 73:209-223.

- Ávila-Pires, T. C. S., Hoogmoed, M. S., Vitt, L. J., 2007. Herpetofauna da Amazônia. In Herpetologia no Brasil II (L.B. Nascimento & M.E. Oliveira, eds.). Sociedade Brasileira de Herpetologia, Belo Horizonte, p.13-43.
- Ayres, J. M., Fonseca, G. A. B., Rylands, A. B., Queiroz, H. L., Pinto, L. P. S., Masterson, D., Cavalcanti, R., 1997. Abordagens Inovadoras para Conservação da Biodiversidade no Brasil: Os Corredores das Florestas Neotropicais. Volume 1 - Aspectos Gerais, 113p., Volume 2 - Amazônia, 260p., Volume 3 - Mata Atlântica, 155p. , Versão 2.0. PP/G7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Neotropicais: Projeto Parques e Reservas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- Ayres, J. M., Fonseca, G. A. B., Rylands, A. B., Queiroz, H. L., Pinto, L. P. S., Masterson, D., Cavalcanti, R., 2005. Os Corredores Ecológicos das Florestas Tropicais do Brasil. Sociedade Civil Mamirauá. Belém. Pará. 256p.
- Azevedo-Ramos, C., Galatti, U. 2002. Patterns of amphibian diversity in Brazilian Amazônia: conservation implications. *Biological Conservation* 103:103-111.
- Azevedo-Ramos, C., Domingues A., Nepstad, D. C., Soares Filho B., Nasi, R., 2006. Integrating ecosystem management, protected areas and mammal conservation in the Brazilian Amazon. *Ecology and Society* 11(2): 17. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss2/art17/>>. Acesso em: 26 abr. 2007.
- Bernard, E., Fenton, M. B., 2002. Species diversity of bats (Mammalia: Chiroptera) in forest fragments, primary forests, and savannas in Central Amazonia, Brazil. *Can. J. Zool.* 80(6): 1124-1140.
- Bertoni, J., Lombardi Neto, F., 1990 Conservação do Solo. São Paulo. Ed. Ícone.
- Bernarde, P. S., Kokubum, M. C. N., Machado, R. A., Anjos, L., 1999. Uso de habitats naturais e antrópicos pelos anuros em uma localidade no Estado de Rondônia, Brasil (Amphibia: Anura). *Acta Amazonica* 29: 555-562.
- Bernarde, P. S., 2004. Composição faunística, ecologia e história natural de serpentes em uma região no Sudoeste da Amazônia, Rondônia, Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP.
- Bernarde, P. S., Abe, A. S., 2006. A snake community at Espigão do Oeste, Rondônia, Southwestern Amazon, Brazil. *South American Journal of Herpetology* 1(2):102-113.
- Bernarde, P. S., 2007. Ambientes e temporada de vocalização da anurofauna no Município de Espigão do Oeste, Rondônia, Sudoeste da Amazônia - Brasil (Amphibia: Anura). *Biota Neotropica* 7(2):87-92.
- Bezerra, A. M. R., Silva Júnior, N. J., Marinho-Filho, J., 2007. The amazon bamboo rat *Dactylomys dactylinus* (Rodentia: Echimyidae: Dactylomyinae) in the cerrado of central Brazil. *Biota Neotrop.* 7(1): 235-237.
- Brandão Jr., A., Souza Jr., C., 2006. Desmatamento nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia. Série O Estado do Amazonas, Nº 7. Belém. Ed. Imazon.
- Brasil, 1978. Projeto RADAMBRASIL, Levantamento de Recursos Naturais. Departamento Nacional de Produção Mineral. Folha SC - 20. Porto Velho, Vol. 16, Rio de Janeiro.
- Brasil, 1980. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. Folha SC.21 Juruena; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Departamento Nacional de Produção Mineral. Rio de Janeiro. Vol. 20, 460p.
- Brasil, 2002 Decreto de 19 de setembro de 2002 - Cria a Floresta Nacional do Jatuarana, no Amazonas. Poder Executivo. Brasília.

- Brasil, 2004. Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Casa Civil. Brasília.
- Buzzetti, D. R. C., 2005. Avaliação Ecológica Rápida para elaboração do Plano de Manejo da Reserva Biológica Nascentes do Cachimbo, Serra do Cachimbo - Altamira - PA. Componente Avifauna. Instituto Centro de Vida/ WWF-Brasil/IBAMA. Relatório Técnico não publicado.
- Buzzetti, D. R. C., 2006. Relatório da Expedição Juruena-Apuí, dados preliminares sobre a avifauna do Parque Nacional do Juruena, Apicás - MT e Parque Estadual do Sucundurí, Apuí - AM. Instituto Centro de Vida/ WWF-Brasil/WWF-Alemanha/IBAMA. Relatório Técnico não publicado.
- Buzzetti, D., 2008. Relatório da Avifauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Caldwell, J. P., 1996. Diversity of Amazonian anurans: The role of systematics and phylogeny in identifying macroecological and evolutionary patterns. Pp. 73-88. In: A. C. Gibson (Ed.). Neotropical Biodiversity and Conservation. Mildred E. Mathias Botanical Garden Miscellaneous Publication No. 1, Los Angeles, CA.
- Caldwell, J. P., Lima, A. P., 2003. A new Amazonian species of *Colostethus* (Anura: Dendrobatidae) with a nidicolous tadpole. *Herpetologica*. 59:219-234.
- Carneiro Filho, A., 1993. Cerrados amazônicos: fósseis vivos? Algumas reflexões. *R. IG*, 14: 63-68.
- Carvalho, M. S., Figueiredo, A. J., 1982 A caracterização litoestratigráfica da bacia de sedimentação do Grupo Beneficente no Alto Rio Sucunduri-AM. In: I Simpósio de Geologia da Amazônia, Belém, Anais..., Belém: SBG, v.1p.26-44.
- Carvalho, C., 2002 Descrição de uma nova espécie de *Micrurus* do Estado de Roraima, Brasil (Serpentes, Elapidae). *Papéis Avulsos de Zoologia* 42: 183-192.
- Cracraft, J., 1985. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna: areas of endemism. p. 49-84. In: Buckley, P. A., Foster, M. S., Morton, E. S., Ridgely, R. S. & Buckley, F. G. (eds). *Neotropical Ornithology*. Washington, American Ornithologists's Union. (Ornithological Monographs, nº 36).
- CENEC, 2008. Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso – Relatório Técnico e Projeto de Lei. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Cuiabá. Mato Grosso.
- Costa, J. B. S., Hasui, Y., 1992, Aspectos fundamentais do Proterozóico Médio da Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geociências*. Vol. 22 Nº 4, pp.87-492.
- CPRM, 2003. Geologia tectônica e recursos minerais do Brasil: texto, mapas e sistema de informação geográfica. Serviço Geológico do Brasil. Brasília.
- Dalponde, J. C., Rocha, E. C., Marcelino, R., Costa, V. E., 2008. Relatório da Mastofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Dalponde, J. C., 2008. Relatório Consolidado da Avaliação Ecológica Rápida Realizada para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Daly, D. C., Mitchell, J., 2000. Lowland vegetation of tropical south America. Pp.391-453, in D.L. LENTZ ed. Columbia University Press, New York.

- D'Amico, A. R., Paula, R. C., 2006. Avaliação Ecológica Rápida para Revisão do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Jaru, Estado de Rondônia – Componente Mastofauna. MMA/IBAMA.
- Dalponete, J. C., Rocha, E. C., Marcelino, R., Costa, V. E., 2008. Relatório da Mastofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena, MT/AM. ICV / WWF Brasil /ICMBio.
- Dalponete, J. C., 2008. Relatório Consolidado da Avaliação Ecológica Rápida Realizada para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena, MT/AM. ICV / WWF Brasil /ICMBio.
- Delacour, J., Amadon, D., 2004. Curassows and Related Birds. Second Edition. Lynx Edicions and The National Museum of Natural History, Barcelona and New York.
- Del Hoyo, J., Elliott, A., Christie, D. A. (eds.), 2003. Handbook of the birds of the world. Vol. 8. Lynx Edicions, Barcelona.
- DNPM, 2002. Diagnóstico das Atividades Mineradoras da Bacia do Rio Teles Pires. Resumo e Mapas de localização das regiões garimpeiras, escala 1:100.000. Fundação Estadual de Meio Ambiente. Cuiabá.
- Duellman, W. E., 1978. The biology of equatorial herpetofauna in Amazonian Equador. Univ. Kansas Mus. Nat. Hist. Misc. Publ. 65:1-352.
- Duellman, W. E., 1990. Herpetofaunas in Neotropical rainforests: comparative composition, history, and resource use. *In*: Four Neotropical Rainforests, A. H. Gentry (ed.), pp. 455-505, Yale University Press, New Haven.
- Eisenberg, J. F., 1980. The density and biomass of tropical mammals. In M.E. Soulé and A. Wilcox (eds), Conservation Biology-An evolutionary-ecological perspective: 35-55. Sunderland: Sinauer.
- EMBRAPA, 1999. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Rio de Janeiro. 412p.
- Emmons, L. H., Feer, F., 1997. Neotropical rainforest mammals, a field guide. 2nd edition. Chicago: Univ. Chicago Press.
- ENGEVIX, 1995. Diagnóstico ambiental da Reserva Ecológica de Apiacás. Brasília, DF.
- ENGEVIX, 1996. Plano de Manejo da Reserva Ecológica de Apiacás. ENGEVIX Engenharia S/A. Fundação Estadual do Meio Ambiente. Mato Grosso. Cuiabá. 170p.
- Erwin, T. L., 1983. Tropical forest canopies, the last biotic frontier. Bull. Entomol. Soc. Amer. 29: 14-19.
- Eva, H. D., Huber, O., 2005. Proposição para definição dos limites geográficos da Amazônia. European Commission, Luxembourg
- FAS, 2009. Desenvolvimento Sustentável. Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <<http://www.fas-amazonas.org>>. Acesso em: 18 mai. 2008.
- Fearnside, P. M., 2006. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. Acta Amazônica 36 (3): 395-400.
- Fonseca, G. A. B., Silva, J. M. C., 2005. Megadiversidade Amazônica: Desafios para a sua Conservação. Ciência & Ambiente. Universidade Federal de Santa Maria, 31^a edição.
- Gaban-Lima, R., Raposo, M. A., Höfling, E., 2002. Description of a New Species of *Pionositta* (Aves: Psittacidae) Endemic to Brazil. The Auk 119(3): 815-819.
- Galante, M. L. V., Beserra, M. M. L., Menezes, E. O., 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília.

- Gallo-de-Oliveira, L. M., Sobral, M., 2008. Relatório da Vegetação para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- George, T. K., Marques, S. A., Vivo, M., Branch, L. C. E., Gomes, N., Rodrigues, R., 1998. Levantamento de mamíferos do Parque Nacional da Amazônia (Tapajós). Bras. Florest., 63: 33-41.
- Giaretta, A. A., Bernarde, P. S., Kokubum, M. C. N., 2000. A new species of *Proceratophrys* (Anura: Leptodactylidae) from the Amazon Rain Forest. J. Herpetol. 34:173-178.
- Godoi, D. S., 2004. Diversidade e hábitos alimentares de peixes de um córrego afluente do rio Teles Pires, Carlinda/MT, drenagem do rio Tapajós. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Centro de Aqüicultura. Jaboticabal/SP. 135p.
- Goulding, M., 1980. The fishes and the forest. University of California Press. Los Angeles. 280p.
- Grantsau, R., Camargo, H. F. A., 1989. Nova espécie de *Amazona* (Aves, Psittacidae). Rev. Bras. Biol. 49: 1017-1020.
- Gyldenstolpe, N., 1951. The Ornithology of the River Purús region in western Brazil. Ark. Zool. Stockolm, Ser. 2.2(1):1-320.
- Haddad, C. F. B., Prado, C. P. A., 2005. Reproductive modes in frogs and their unexpected diversity in the Atlantic Forest of Brazil. BioScience 55:207-217.
- Haemig, P. D., 2008. Pássaros da Amazônia Associados ao Bambu. Ecologia Info N°7. Disponível em: <<http://www.ecologia.info/bambu-amazonas.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2008.
- Haffer, J., 1969. Speciation in Amazonian Forest Birds. Science Vol. 165 N° 3889:131-137.
- Haffer, J., 1997. Contact zones between birds of southern Amazonia. p. 281-305. In: J.V. Remsen Jr. (ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs n° 48).
- Haffer, J., Prance, G. T., 2002. Impulsos climáticos da evolução na Amazônia durante o Cenozóico: sobre a teoria dos Refúgios da diferenciação biótica. Estud. av., São Paulo, Vol. 16, n. 45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a14.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2008.
- Higa, T. C. S., 2005. Processo de Ocupação e formação territorial, In Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Gislaene Moreno, Tereza Cristina Sousa Higa (orgs); colaboradora Gilda Tomasini Maitelli. Entrelinhas. Cuiabá.
- Hijmans, R. J., Cameron, S. E., Parra, J. L., Jones, P. G., Jarvis, A., 2005. *Very high resolution interpolated climate surfaces for global land areas*. *International Journal of Climatology*, 25: 1965-1978 (pdf).
- Hirsch, A., Dias, L. G., Martins, L. O., Campos, R. F., Resende, N. A. T., Landau, L. C. (*in prep.*). Database of Georeferenced Occurrence Localities of Neotropical Primates. Department of Zoology / UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.icb.ufmg.br/~primatas/home_bdgeoprim.htm>. Acesso em: 26 abr. 2009.
- Hödl, W., 1990. Reproductive diversity in Amazonian lowland frogs. Fortschritte der Zoologie 38: 41-60.
- Hoogmoed, M., Prudente, A. L. C., 2003. A new species of *Atractus* (Reptilia, Ophidia, Colubridae) from the Amazon region in Brazil. Zoologische Verhandelingen. 77:1-16.
- IBAMA, 2007. Projeto Educação Ambiental com Comunidades do PA Nova Cotriguaçu, Distrito de Nova União - Cotriguaçu. Núcleo de Educação Ambiental e Populações Tradicionais. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Júina. Mato Grosso.

- IBGE, 1992. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Série Manuais Técnicos em Geociências, nº 1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 92p.
- IBGE, 1996 e 2006. Censo Agropecuário Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=799>. Acesso em: 26 mai. 2007.
- IBGE, 2007. Relatório Técnico Mensal do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola Municipal. Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias.
- ICMBio, 2008. Unidades de Conservação Federais. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2008.
- ICMBio, 2009. Notícias, 29/06/2009: Operação Ponta de Lança. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 29 jun. 2009.
- ICV, 2005. Subsídios à proposta de criação do Parque Nacional do Juruena. Alta Floresta (MT): Instituto Centro de Vida. Relatório Técnico.
- INFONATURA, 2007. Animals and Ecosystems of Latin America [web application]. Version 5.0 Arlington, Virginia (USA): NatureServe. Disponível em: <<http://www.natureserve.org/infonatura>>. Acesso em: 16 mai. 2008.
- INPE, 2008. Monitoramento da Cobertura Florestal da Amazônia por Satélites, Sistemas Prodes, Deter, Degrad e Queimadas 2007-2008. Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos. São Paulo.
- ISA, 2009. Povos Indígenas – Os Munduruku Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku/1758>>. Acesso em: 20 abr. 2009.
- Issler, R. S., Lima, M. I. C. 1987. Amazonian Cráton (Brazil) granitogenesis and its relation to geotectonic units. *Revista Brasileira de Geociências*. 17(4):426-441.
- IUCN, 2007. Red List of Threatened Species. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org>>. Acesso em: 02 abr. 2008.
- Jungfer, K. H., Schiesari, L. C., 1995. Description of a central Amazonian and Guianan tree frog, genus *Osteocephalus* (Anura, Hylidae), with oophagous tadpoles. *Alytes* 13:1-13.
- Jungfer, K. H., Weygoldt, P., 1999. Biparental care in the tadpole-feeding Amazonian treefrog *Osteocephalus oophagus*. *Amphibia-Reptilia* 20: 235-249.
- Junk, W. J., 1989. Food tolerance and tree distribution in central Amazônia. In: Holm-Nielsen, L. B.; Nielsen I. C. & Balslev H. (eds.). *Tropical Forest Botanical Dynamics. Speciation and Diversity*. London: Academic Press. p. 47-64.
- Klein, C., 2008. Relatório sobre o Uso Público para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Klinge, H., Herrera, R., 1978. Biomass studies in Amazon caatinga forest in southern Venezuela. 1. Standing crop of composite root mass in selected stands. *Tropical Ecology* 19(1): 93-110.
- Kratter, A., Parker III, T. A., 1997. Relationship of two bamboo-specialized foliage-gleaners: *Automolus dorsalis* and *Anabazenops fuscus* (Furnariidae). p. 383-397. In: J.V. Remsen Jr. (ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs nº 48).
- Kratter, A. W., 1997. Bamboo specialization by Amazonian birds. *Biotropica* 29:100-110.

- Lara, R., 2009. Oficina de Saneamento Ambiental Comunidade da Barra de São Manoel / da Barra de Colares / Comunidade do Sucunduri. Alta Floresta: Sociedade Formigas e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional do Juruena. Relatório não publicado.
- Leão, V. A., Costa, R. S., Ciminelli, V. S. T., 2000. Cyanide recycling using Ion exchange resins: application to the treatment of gold. XVI International Mineral Processing Congress Proceedings. V. A.p. 6-1 6-8.
- Leidy, R. A., Moyle, P. B., 1998. Conservation status of the world's fish fauna: an overview. Em: Conservation biology for the coming decade. P. L. Fiedler & P. M. Kareiva. New York: Chapman & Hall. pp. 187-227.
- Lleras, E., Kirkbride Júnior, J., 1978. Alguns aspectos da vegetação da Serra do Cachimbo. Acta Amazonica 8: 51-65.
- Lewinsohn, T. M., Freitas, A. V. L, Prado, P, I., 2005. Conservação de invertebrados terrestres e seus habitats no Brasil. Megadiversidade, Vol. 1, nº 1.
- Lowe-Macconnell, R. H., 1999. Fauna de Peixes Neotropicais. Em: Estudos ecológicos em comunidades tropicais R. H. Lowe-MacConnell; tradução Vazzoler, A. E. M; Agostinho, AA; Cunnhingham, P. T. M. Editora da Univ. São Paulo. 534p.
- Machado, R. A., Bernarde, P. S., 2008. Relatório da Herpetofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Marins, M., 1991. The lizards of balbina, Central Amazonia, Brazil. Stud. Neotrop. Fauna Environ. 26:179-190.
- Marins, M., Oliveira, M. E., 1998. Natural history of snakes in forests of the Manaus region, Central Amazonia, Brazil. Herp. Nat. Hist. 6:78-150.
- Masson, C. G. M. J., 2005. Subsídios para uma gestão dos recursos hídricos na Amazônia: Estudo de caso da bacia do rio Madeira. Dissertação de mestrado em Planejamento Energético. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 277p.
- Menezes, N. A., 1996. Methods for assessing freshwater fish diversity. Capítulo 19. 289-295. In: Bicudo. C. E. M. Menezes, N. A. (eds) Biodiversity in Brazil – A first approach, CNPq. Brasília. 326p.
- May, R. M., 1988. How many Species are There on Earth?. *Science* 241: 1441-1449.
- May, R. M., 1994. Past effort and future prospects towards understanding how many species are there, p. 71-84. In. Solbrig, O. T. (eds.). Biodiversity and global change. Wallingford.
- Medina, E. V., Cuevas, E., 1990. Sclerophylly and oligotrophic environments: relationships between leaf structure, mineral nutrient content, and drought resistance in tropical rain forests of the upper Río Negro region. *Biotrópica* 22(1): 51-64.
- MMA, 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Floresta. Brasília.
- MMA, 2001. Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Floresta. Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade. Brasília. 404p.
- MMA, 2005. Lista Nacional da fauna brasileira ameaçada de extinção. MMA – Ministério do Meio Ambiente. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/fauna/index.cfm>>. Acesso em: 02 abr. 2008.

- MMA, 2007. Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Atualização. Secretaria de Biodiversidade e Floresta. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 300p.
- MMA, 2009. Notícias: IBAMA multa o INCRA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2009.
- MMA/PPG7, 2002. Projeto Corredores Ecológicos. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 147p.
- Moreno, G., Higa, T. C. S., 2005. Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente. (orgs.) colaboradora Gilda Tomasini Maitelli. Cuiabá. Entrelinhas. 295p.
- NASA, 2008. National Aeronautics and Space Administration. Disponível em: <<https://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid>>. Acesso em: 07 mai. 2008.
- Nienow, S. S., Messias, M. R., 2004. Censo da Mastofauna de Médio e Grande Porte do Salto do Jirau. In: XIII Seminário Final do Programa de Iniciação Científica PIBIC/UNIR - CNPq, Porto Velho. Cd de Resumos.
- Nols, 2008 Relatório de Atividades das Expedições de Canoagem do Parque Nacional do Juruena. Cuiabá: Nols do Brasil. PDF.
- Novaes, F. C., 1976. As aves do rio Aripuanã, Estados de Mato Grosso e Amazonas. Acta Amazônica 6: 61-85.
- Ochoa, J., 2000. Efectos de la extraccion de maderas sobre la diversidad de pequenos mamiferos em bosque de tierras bajas de la Guayana Venezoelana. Biotropica, 32: 146-164
- Oliveira, U., 2005. Os povos indígenas em Mato Grosso, In: Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Gislaene Moreno, Tereza Cristina Sousa Higa (orgs); colaboradora Gilda Tomasini Maitelli. Cuiabá. Entrelinhas. 295p.
- Oren, D. C., Parker III, T. A., 1997. Avifauna of the Tapajós National Park and vicinity, Amazonian, Brazil. p. 493-525. In: J.V. Remsen Jr. (ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs n° 48).
- OTCA, 2007. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – Histórico. Disponível em: <<http://www.otca.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2007.
- Pacheco, J. F., Olmos, F., 2005. Birds of a latitudinal transect in the Tapajós-Xingu interfluvium, eastern Brazilian Amazonia. Ararajuba 13(1): 29-46.
- Pará, 2006. Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas de Extinção. Disponível em: <<http://www.sectam.pa.gov.br/especiesameacadas>>. Acesso em: 06 mai. 2008.
- Parker III, T. A. O., 1982. Observations of some unusual rainforest and marsh birds in southeastern Peru. Wilson Bulletin 94: 477-493.
- Parker III, T. A., Donahue, P. K., Schulemberg, T. S., 1994. Birds of the Tambopata Reserve (Explorer's Inn Reserve). Pp. 106-124 In: The Tambopata-Candamo Reserved Zone of Southeastern Peru: A Biological Assessment (R. B. Foster, T. A. Parker III, A. H. Gentry, L. H. Emmons, A. Chicchón, T. Schulemberg, L. Rodríguez, G. Lamas, H. Ortega, J. Icochea, W. Wust, M. Romo, J. A. Castillo, O. Phillips, C.
- Parker III, T. A., Stotz, D. F., Fitzpatrick, J. W., 1997. Notes on avian bamboo specialists in southwestern Amazonian, Brazil. p. 543-547. In: J.V. Remsen Jr. (ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs n° 48).

- Pereira, F. R. S., 1995. Metais pesados das sub-bacias hidrográficas de Poconé e Alta Floresta. CETEN/CNPq: Rio de Janeiro.
- Pierpont, N., Fitzpatrick, J. W., 1983. Specific status and behavior of *Cymbilaimus sanctaemariae*, the bamboo Antshrike, from southeastern Amazônia. *Auk* 100: 645-652.
- Pinheiro M. R., Irgang, G., Marinell, C. E., 2006. Expedição Juruena-Apuí. Manaus: WWF-Brasil, 150p.
- Pinto, O. M. O., Camargo, E. A., 1957. Sobre uma coleção de aves da região de Cachimbo (Sul do Estado do Pará). *Pap. Avul. Zool.* 13:51-69.
- Pires, J. M., Prance, G. T., 1985. The vegetation types of the Brazilian Amazon. Pp.109-145 in G. T. Prance & T. E. Lovejoy, eds. *Key environments: Amazonia*. Pergamon Press, Oxford.
- PNUD, 1995. Caracterização Hidrográfica do Estado de Mato Grosso - Bacias Amazônica, Araguaia, Tocantins e Platina. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Cuiabá.
- Primack, R., Corlett, R., 2005. *Tropical Rain Forests: An Ecological and Biogeographical Comparison*. Blackwell Publishing. Oxford. UK. 319p.
- Ratter, J. A., Bridgewater, S., Ribeiro, J. F., 2003. Analysis of the Floristic Composition of the Brazilian Cerrado Vegetation III: Comparison of the Woody Vegetation of 376 Areas. *Edinburgh Journal of Botany*, 60, pp 57-109.
- Redford, K. H., Eisenberg, J. F., 1992. *Mammals of the Neotropics, The Southern Cone, Vol. 2, Chile, Argentina, Uruguay and Paraguay*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Richards, P. W., 1996. *The tropical rainforests: an ecological study*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Ricklefs, R. E., 1990. *Ecology*. Freeman and Company, New York.
- Ridgely, R. S., Tudor, G., 1994. *The birds of South America, vol. 2 – the Suboscine passerines*. University of Texas Press. Austin.
- Robinson, J., Redford, K., 1991. *Neotropical Wildlife Use and Conservation*. Chicago: The University of Chicago Press. 215p.
- Rodrigues, C. J. s.d. Destinação dos resíduos de garimpo. Nota Técnica nº 001. Alta Floresta. Mato Grosso. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parque Nacional do Juruena.
- Rodrigues, C., 2008. Nota técnica PNJu 01. Alta Floresta: ICMBio.
- Roosmalen, M. G. M., Roosmalen, T., Mittermeier, R. A., Rylands, A. L., 2000. Two new species of marmoset, genus *Callithrix* Erxleben, 1777 (Callitrichidae, Primates), from the Tapajos/Madeira interfluvium, south central Amazonia, Brazil. *Neotropical Primates*. Vol. 8(1), 2-18.
- Roosmalen, M. G. M., Roosmalen, T., Mittermeier, R. A., 2002 A Taxonomic review of the titi monkeys, Genus *Callicebus* Thomas, 1903, with the description of two new species, *Callicebus bernhardi* and *Callicebus stephennashi*, from Brazilian Amazonia. *Neotropical Primates* 10 (Supl.): 1-52.
- Ross, J. L. S., 1996. *Geomorfologia: Ambiente e Planejamento*. São Paulo. Ed. Contexto. 85p.
- Sanderson, E. W., Redford, K. H., Chetkiewicz, C. L. B., Medellin, R. A., Rabinowitz, A. R., Robinson, J. G., Taber, A. B., 2002. Planning to save a species: the jaguar as a model. *Conservation Biology* 16:58-72.
- Santos, J. O. S., Loguercio, S. O. C., 1984. A parte meridional do Cráton Amazônico (Escudo Brasil Central) e as bacias do alto Tapajós e Parecis-Alto Xingu. In: Schobbenhaus, C. *et alii*.

- Geologia do Brasil; texto explicativo do mapa geológico do Brasil e da área oceânica adjacente incluindo depósitos minerais, escala 1:2.500.000. Departamento Nacional de Produção Mineral. Brasília. 501p.
- Santos, R. R., Micol, L., Irgang, G., Vasconcelos, J., 2006. Análise do Desmatamento nas Unidades de Conservação no Estado do Mato Grosso. Mato Grosso Sustentável e Democrático. Cuiabá. 58p.
- Santos, R. R., Irgang, G. V., 2008. Relatório do Meio Físico para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- SDS, 2009. Áreas Protegidas. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.sds.am.gov.br>>. Acesso em: 16 jul. 2009.
- SEMA, 2008. Plano de Manejo do Parque Estadual Igarapés do Juruena. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável Ambiental Consulting. Cuiabá.
- SEMA, 2009. Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas dos Municípios de Juruena e Cotriguaçu. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Cuiabá.
- Senra, K., 1999. Os Kayabi. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/qqqindex.shtml>>. Acesso em: 05 mai. 2008.
- SEPLAN/CENEC, 2004. Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso – Relatório Técnico e Projeto de Lei. Cuiabá: SEPLAN/BIRD/PRODEAGRO.
- SEPLAN, 2003. Mato Grosso em Números. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação. Central de Texto. Cuiabá. Mato Grosso.
- SEPLAN, 1998. Diagnóstico e Zoneamento Socioeconômico-Ecológico. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Mato Grosso.
- SEPLAN, 1999. Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso. Recursos Hídricos e Hidrografia. Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores. Disponível em: <<http://www.zsee.seplan.mt.gov.br/divulga/>>. Acesso em: 16 mai. 2008.
- SOCIOAMBIENTAL, 2008. Grilagem ameaça floresta nacional na Amazônia. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/uc/4252/noticia/62123>>. Acesso em: 02 abr. 2009.
- Siqueira, E. M., 2002. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá. Ed. Entrelinhas. 229p.
- Silman, M. R., Ancaya, E. J., Brinson, J., 2003. Los bosques de bambú en la Amazonía occidental. Pp. 63-72 In: Leite Pitman, R., Pitman, N. & Alvarez, P. (eds.) Alto Purús: Biodiversidad, Conservación y Manejo. Duke University Center for Tropical Conservation and Impreso Gráfica Lima.
- Silva, J., Silva Júnior, J., 1993. The snakes from Samuel hydroelectric power plant and vicinity, Rondônia, Brasil. Herpetol. Nat. History 1:37-86.
- Silva Jr, J. S., Nunes, A. P., 2000. An extension of the geographical distribution of *Dactylopsilus dactylinus* Desmarest, 1822 (Rodentia, Echimyidae). Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. Zool. 16(1): 65-73.
- Silva, V. M. F., 2002. Amazon River dolphin *Inia geoffrensis*. Pp. 18--20 in W. F. Perrin, B. Würsig and J. G. M. Thewissen, eds. Encyclopedia of marine mammals. Academic Press.
- Silveira, M., 2003. Vegetação e Flora das Campinaranas do Sudoeste Amazônico (JU – 008). S.O.S. Amazônia; WWF Brasil, Relatório Técnico, Rio Branco, Estado do Acre.

- Silveira, M., 2005. A floresta aberta com bambu do sudoeste da Amazônia: padrões e processos em múltiplas escalas. Rio Branco, ADUFAC, 153pp.
- Silveira Filho, N., 2009. Relatório da Oficina de Planejamento Participativo para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- Sioli, H., 1984. Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin. Amsterdã.
- Sobrevilla, C., Bath, P., 1992. Evaluación ecológica rápida. Un manual para usuarios de América Latina y Caribe. Edición Preliminar. Arlington, EUA. The Nature Conservancy, 231p.
- Souza, J. O., 2004. Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Geologia e Recursos Minerais da Província Mineral de Alta Floresta. Relatório Integrado Folhas SC.21 – V-D, Rio São João da Barra; SC.21 – X-C – Alta Floresta. Estados de Mato Grosso e Pará. Escala 1:250.000 Org. João Olimpio Souza, Antonio Augusto Frasca; Cipriano C. de Oliveira. Serviço Geológico do Brasil. Brasília.
- Souza, M. B., 2002. Diversidade de anfíbios nas unidades de conservação ambiental: Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ) e Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), Acre, Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. São Paulo.
- Stotz, D. F., Bierregaard Júnior, R. O., Cohn-Haft, M., Petermann, P., Smith, J., Whittaker, A., Wilson, S. V., 1992. The status of North American Migrants in central Amazonian Brazil. Condor 94:608-621.
- Stotz, D. F., Fitzpatrick, J. W., Parker III, T.A., Moskovits, D. K., 1996. Neotropical Birds - Ecology and Conservation. The University of Chicago Press, Chicago and London. 478pp.
- Stotz, D. F., Lanyon, S., Schulemberg, T., Willard, D., Peterson, A. T., Fitzpatrick, J., 1997. An avifaunal Survey of two tropical forest Localities on the middle Rio Jiparaná, Rondônia, Brazil. p. 763-781. In: Remsen Jr., J.V. (Ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs n° 48).
- Tavares, L. H. S., 1994. Limnologia aplicada à aqüicultura. Boletim Técnico № 1, Funep. CAUNESP. Jaboticabal, São Paulo. 72p.
- Tempesta, G. A., 2008. Dispersão, mistura e revitalização cultural apiaká. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT 20- Estratégias interétnicas e fronteiras identitárias. Caxambu. Minas Gerais.
- Terborgh, J., Fitzpatrick, J. W., Emmons, L., 1984. Annotated checklist of bird and mammal species of Cocha Cashu Biological Station, Manu National Park, Peru. Fieldiana 21: 1-29.
- Terborgh, J. W., Robinson, S. K., Parker III, T. A. I., Munn, C. A., Pierpont, N., 1990. Structure and organization of an Amazonian forest community. Ecol Monogr. 60:213-238.
- Tocher, M., 1998. Diferenças na composição de espécies de sapos entre três tipos de floresta e campo de pastagem na Amazônia central. Pp. 219-232 In: Gascon, C.; Moutinho, P. (Eds). Floresta Amazônica: Dinâmica, Regeneração e Manejo. Amazonas, Manaus, Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto de Pesquisas da Amazônia.
- Trinca, C. T., Palmeira, F. B. L., Silva Jr, O. J. S., 2006. A Southern Extension of the Geographic Distribution of the Two-Toed Sloth, *Choloepus didactylus* (Xenarthra, Megalonychidae). Edentata. 7:7-9.
- Umetsu, R. K., Bilcen, J. M., 2008. Relatório da Artropodofauna para o Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Estados de Mato Grosso e Amazonas. Instituto Centro de Vida. WWF-Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

- UNEP/CBD/COP5, 2000. Decisions Adopted by The Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity at its Fifth Meeting. Nairobi, 15-26, May.
- UNEP/CBD/COP7, 2004. Enfoque por Ecosistemas. Proyecto de decisión presentado por el Presidente del Grupo de Trabajo I. Conferência das Partes no Convênio sobre Diversidade Biológica. Sétima Reunião. Kuala Lumpur.
- Vanzolini, P. E., 1986. Levantamento herpetológico da área do Estado de Rondônia sob a influência da rodovia BR-364. Polonoreste/Ecologia Animal. Relatório de Pesquisa nº1, Brasília, CNPq, 50p.
- Veloso, H. P., Rangel-Filho, A. L. R., Lima, J. C. A., 1991. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. 123p.
- Vicentini, A., Cornelius, C., 2008. Diagnóstico de informações para o Mosaico de Unidades de Conservação de Apuí, Amazonas, Brasil - Subsídios ao plano de gestão. Manaus: WWF-Brasil. 76p.
- Vitt, L. J., Avila-Pires, T. C. S., Caldwell, J. P., Oliveira, V. R. L., 1998. The impact of individual tree harvesting on thermal environments of lizards in amazonian rain forest. Conservation Biology. 12:654-664.
- Vogt, R. C., Moreira, G., Duarte, A. C. O. C., 2001. Biodiversidade de répteis do bioma floresta Amazônica e Ações prioritárias para sua conservação; pp.89-96 *In*: J. P. R. Capobianco. (Org.), Biodiversidade na Amazônia Brasileira, Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. Estação Liberdade: Instituto SocioAmbiental, São Paulo.
- Whitney, B. M., 1997. Birding the Alta Floresta region, northern Mato Grosso, Brazil. Cotinga 7: 64-68.
- Whitney, B. M., 2005. *Clytoctantes (atroglaris?)* in Amazonas, Brazil, and its relationship to *Neoctantes niger* (Thamnophilidae). Bull Brit. Ornithol. Club 125(2):108-113.
- Whittaker, A., 2002. A new species of forest-Falcon (Falconidae:*Micrastur*) from southeastern Amazonia and the Atlantic Rainforest of Brazil. Wilson Bull. 114(4): 421-561.
- WWF, 2008. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. WWF-Brasil. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 19 jul. 2008.
- Zavala-Camin, L. A., 2004. O planeta água e seus peixes. Santos/São Paulo. 326p.
- Zimmer, K. J., Parker III, T. A., Isler, M. L., Isler, P. R., 1997. Survey of a southern Amazonian avifauna: The Alta Floresta region, Mato Grosso, Brazil p. 887-918. *In*: Remsen Jr., J.V. (Ed.) *Studies in Neotropical Ornithology honoring Ted Parker*. Washington D.C.: American Ornithologists' Union. (Ornithological Monographs nº 48).
- Zimmerman, B. L., Bierregaard, R. O., 1986. Relevance of the equilibrium theory of island biogeography and species-area relations to conservation with a case from Amazonia. J. Biogeogr. 13:133-143.